

# Tribuna da Imprensa

www.jornaltribunadaimpresa.com.br

INFORMAÇÃO, PUBLICIDADE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A COMUNIDADE

26 de Janeiro de 2016 - Ano III - Nº 147 - Circulação: Palmeira d'Oeste, São Francisco, Marinópolis e Aparecida d'Oeste - Periodicidade: semanal

## Final do Campeonato de Futsal de Férias de Palmeira d'Oeste

Muita emoção e gols marcaram a final do Campeonato Municipal de Futsal na noite da última sexta-feira (22). O evento ocorreu na quadra do Ginásio Municipal de Esportes, contou com a presença do Prefeito Luciano Ângelo Esparapani, do vice-prefeito Reinaldo Savazi (Dodô), além de outras autoridades.

A competição, que já faz parte do calendário de eventos do município, reúne grande número de torcedores e esportistas que prestigiaram a final do campeonato. Tradicionalmente realizada no mês de janeiro, este ano a competição contou com a participação de 08 equipes do município.

A decisão do campeonato ficou entre as equipes Saraf e Dejanir Cabeleireiro. Em um jogo acirrado com grandes lances, a equipe Saraf se consagrou campeã, vencendo o time adversário por 4x3. A equipe teve ain-

da grandes feitos, sendo campeã invicta, tendo o goleiro Milton Jr. recebido o troféu de goleiro menos vazado e o jogador Lukas Teixeira recebido o troféu de artilheiro do campeonato.

Neste ano o troféu do campeonato homenageou a família Morita. Na abertura do jogo, o vice-prefeito Dodô e o Secretário Municipal de Esportes, Floriano, convidaram os

familiares do Sr. Nobutsugui Morita (in memoriam) que receberam uma placa em homenagem e reconhecimento à sua trajetória junto ao esporte do município. Popularmente conhecido, o Sr. Morita, foi um grande incentivador do esporte em Palmeira d'Oeste, sempre apoiando e acompanhando os esportistas nos campeonatos municipais e regionais.



 **NUTRIAGRO**  
D'OESTE

**J. C. MINGATI & MINGATI LTDA.**  
Defensivos, Fertilizantes e Produtos Agropecuários em Geral

Tel. (17) 3651-1298 - Palmeira d'Oeste-SP



CASA DO  
**LAVRADOR**  
Agropecuária

Loja 1: 3651-1547 \* Loja 2: 3651-1186



**Vendas no atacado  
e varejo. Venha conferir!**

Telefone (17) 3651-3347  
Av. Inocência Figueiredo, nº 53-58 -  
Centro - Palmeira d'Oeste



**CARTÓRIO É CIDADANIA**  
ESTA COLUNA É UMA PRODUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS REGISTRADORES DE PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO - ARPEN-SP  
WWW.ARPENSP.ORG.BR WWW.TWITTER.COM/ARPENSP

**ARPEN-SP**  
DISTRIBUINDO CIDADANIA

**Marco Antonio de Oliveira Camargo**  
Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais  
e Tabelião de Notas do Distrito de Sousa -  
Comarca de Campinas - SP

### O jeito certo de escrever um nome.

O nome de uma pessoa, evidentemente, pode vir a ser escrito de forma errada e o erro ocorrerá sempre quando, em qualquer situação, não se reproduzir com exatidão o nome que está escrito em um registro de nascimento.

É possível afirmar, portanto, que o nome registrado, está sempre correto. Ou seja: não existe erro de grafia em um nome registrado no cartório de registro civil, pois é exatamente o registro existente que determina a forma correta de escrever um nome próprio.

Uma das principais características do Registro Civil é precisamente esta: registrar o nome de uma pessoa. Este nome, conforme consta no registro, representa aquela pessoa perante a sociedade e, portanto, quando a intenção for mencionar uma determinada pessoa, para não errar na escrita, é importante conferir como se escreve o seu nome, ou seja, conferir o seu registro de nascimento, ou os demais documentos de identidade que foram feitos a partir daquele registro.

Toda pessoa tem o direito de ver o seu nome escrito de forma exatamente igual àquela que possui, por mais singular ou estranha que possa parecer. Por isso é possível exigir e esperar ser reconhecido por este nome e que tal nome seja escrito com a grafia fixada em seu registro de nascimento, pois esta (e nenhuma outra) será a forma correta de se referir à esta pessoa.

Um grande jornal paulista noticiou que nos registros do T.S.E., entre os nomes dos 455.796 candidatos às eleições municipais de 2012, existem 11 maneiras diferentes de escrever o nome Washington (\*). Este nome, exatamente com esta grafia, representa a pessoa de um famoso presidente dos E.U.A. e a

própria capital daquele país, assim denominada em sua homenagem.

A existência de tão grande diversidade de grafia em nomes muito semelhantes e de pronúncia praticamente igual, de fato, merece uma reflexão por parte dos escreventes e dos usuários dos cartórios.

Se, ao escolherem o nome de seu filho, os pais optarem por um nome pouco usual, como, por exemplo, o nome daquele famoso presidente norte-americano, ou ainda por qualquer outro nome de origem estrangeira, é importante que no momento de realizar o registro do nascimento desta criança, junto ao cartório busque-se conhecer a forma correta de escrever o nome escolhido.

O nome indicado pelos pais, se tiver a intenção de reproduzir o nome de uma personalidade histórica, de um personagem literário, mitológico, um ainda um santo ou pessoa ligada à sua crença religiosa, deve ser levado por escrito ao cartório que fará o registro do nascimento (ou à maternidade, nos casos onde o registro vier a ser feito naquele local) para que não haja a surpresa desagradável de, após feito o registro, perceber que o nome da criança é diferente daquele da pessoa homenageada e que, portanto, homenagem não houve e que, de fato, criou-se e foi registrado um nome novo para esta nova pessoa.

(\*A edição de 19/08/2012 - da Folha de São Paulo, Caderno Poder - folha A-10 - informa "O nome Washington aparece nos registros de, ao menos, 11 maneiras: Uashington - Washington - Washigton - Waschingon - Washinhon - Washigton - Wasington - Washigton - Washigton - Washigton - Washigton")

## INTERROGAÇÕES DE 2016

**Dom Demétrio Valentini**  
No começo do ano passado, a crise surpreendeu. No começo deste ano, a crise assusta. Ela vem se mostrando muito mais arraigada do que parecia. Ela tem dimensões mundiais, mas tem incidências bem específicas no Brasil.

O sintoma mais evidente de que o mundo passa hoje por uma crise profunda, são as massas impressionantes de refugiados, migrantes e outras vítimas dos numerosos conflitos regionais, que persistem também como sinal da inoperância e esgotamento dos organismos supra nacionais, a começar pela ONU, incapazes de imprimir um mínimo de eficácia nas suas tentativas de intervir nas situações que mais necessitariam de mediação adequada para resolver problemas.

Tudo isto nos dá a triste impressão da inexorabilidade de conflitos fratricidas, expostos às mais terríveis práticas de violência, como são por exemplo os atentados terroristas

planejados e executados pelo Estado Islâmico.

Esta situação traz à tona conflitos antigos, como os existentes em toda a região do Oriente Médio, com suas históricas desavenças de ordem geográfica, cultural, política e religiosa.

As manobras políticas, traduzidas facilmente em componentes econômicos, dada a grande riqueza de petróleo existente naqueles países, mas também pelas novas descobertas de abundantes jazidas de gás, tudo isto alimenta conflitos, que acabam tendo repercussões mundiais, sobretudo quando se faz da riqueza do petróleo o instrumento de manobra de interesses particulares. É evidente, por exemplo, que a surpreendente queda dos preços do petróleo, em grande parte, é fruto do conflito entre a Arábia Saudita e o Irã. Esta política desarranja a estratégia da Petrobras, acrescentando assim mais um componente à crise econômica do Brasil.

A complexidade da situação no

Oriente Médio pode ser auferida pela coincidência dos recentes tratados entre o Irã e as nações detentoras de armamento atômico, simultaneamente com o agravamento das relações entre o Irã e a Arábia Saudita. Melhora de um lado, piora de outro. E as tensões permanecem.

Bem continua advertindo o Papa Francisco, alertando que a terceira guerra mundial já pode estar começando, localizada por enquanto, mas dotada de perigosos ingredientes de propagação.

Quanto ao Brasil, a interrogação maior é sobre a persistência da crise econômica, e sua perspectiva de aprofundamento. Não há dúvida que a crise econômica da China pode se agravar, e ter consequências muito mais profundas.

Mas independente das consequências de ordem mundial, cada país precisará fazer ajustes muito amplos. O que só poderá acontecer como fruto de consensos políticos bem claros e

comprometidos.

Temos pela frente, indiscutivelmente, a perspectiva de uma crise muito profunda e perigosa. Neste contexto, a questão a conferir é ver se a crise econômica vai levar a um entendimento político, ou vou agravar ainda mais a crise política, comprometendo ainda mais a situação econômica do país.

Já teríamos motivos mais do que suficientes, para deixar de lado as intrigas políticas, e partirmos para uma postura mais responsável e mais comprometida de todos, em primeiro lugar dos responsáveis pela administração pública.

Do jeito como caminham as coisas, o Brasil não sustentará mais a crise econômica, junto com a irresponsabilidade política.

Com toda a certeza, neste ano de 2016 o Brasil precisará reencontrar o caminho da superação dos seus problemas. A hora é agora, antes que seja tarde!

## O MARKETING POLÍTICO E A MENTIRA

Surgidas para compatibilizar os produtos e sua apresentação com a necessidade e as aspirações do mercado, as teorias de marketing fazem sucesso, especialmente quando garantem a fluidez dos negócios e a satisfação da clientela. Mas precisam ser aplicadas com rigorosa cautela e ter seus pilares sobre a estrita verdade. Qualquer falsidade tende a desqualificar o produto e afugentar os consumidores. Aplicadas sem critério ao meio político, muitas dessas teorias con-duziram ao fracasso que o país e todos nós hoje amargamos.

Além dos pretensos salvadores da pátria, fabricados para as campanhas eleitorais, o brasi-leiro foi bombardeado por afirmações político-governamentais irresponsáveis como as de que o país havia pago a dívida

externa e ainda emprestava dinheiro ao FMI, de que havíamos nos tornado autossuficientes em petróleo, de que crescíamos enquanto todo o mundo - especialmente as grandes economias - estavam em recessão, etc. A mistificação foi tão grande e continuamente repetida com técnicas de marketing, que levou os inocentes e desinformados eleitores a, até as vésperas das eleições de 2014, dizerem orgulhosamente que "agora o pobre pode ter carro e viajar de avião", sem saber que ainda no final daquele ano, o governo baixaria o cutelo para cortar parte de seus direitos trabalhistas e começaria a verdadeira derrama para o aumento de impostos. O Brasil que, tempos atrás, na linguagem marketeira, estava pronto para entrar na OPEP (Orga-nização dos Países

Exportadores de Petróleo), e colocaria seu presidente na condição de um sheik árabe, finalmente, mostrava a sua verdadeira cara.

A crise tornou-se explícita e mostrou, finalmente, à população, os males que a política populista e irresponsável trouxe à economia, números como a perda de 1,5 milhão de vagas no mercado de trabalho que, segundo os analistas, continua em baixa. As apurações dos malfeitos cometidos nas entranhas do governo, do parlamento e da máquina estatal mostram que o povo era, em parte, enganado com o emprego do dinheiro roubado dos cofres públicos que, além das campanhas políticas mistificadoras, também fizeram a riqueza (mesmo que espúria) das quadrilhas ligadas ao poder.

As notas de crédito e os indicadores econômicos do país mostram o risco de, perdemos, em curto espaço de tempo, o esforço de décadas que levou o Brasil até a condição de sexta economia do mundo. Enquanto governo e congresso purgam os pecados de seus próprios integrantes, o país sofre. Segmentos da sociedade saem do controle e rumam à intolerância e desordem. A sociedade precisa reagir mas parece não saber como. Vivemos grande dificuldade causada, em parte, pelo engodo do marketing político irresponsável e mentiroso...

Tenente Dirceu Cardoso Gonçalves - dirigente da ASPOMIL (Associação de Assist. Social dos Policiais Militares de São Paulo) aspomilm@terra.com.br

## PARE DE INVENTAR DESCULPAS PARA TUDO

**Por Christian Barbosa**  
Todos nós conhecemos pessoas que estão cheias de desculpas e com pouco resultado. Geralmente, indivíduos com esse hábito têm justificativas para tudo, seja no trabalho, na família, na academia ou em qualquer situação da vida.

Sempre digo que todo mundo tem um lado claro e outro escuro. O claro é aquele que nos faz tomar decisões, é nele que as coisas acontecem. No entanto, no lado escuro, as coisas ficam nebulosas e existe muita insegurança, o que faz com que as pessoas criem desculpas para determinadas situações.

Aliás, acredito que todo mundo vai dar desculpas uma hora ou outra, afinal existem momentos em que, naturalmente, surge uma certa preguiça. O problema é quando isso se torna crônico. No ambiente de trabalho, por exemplo, onde as desculpas estão cada vez mais presentes, a questão fica evidente quando um profissional deixa de ter resultados e as justificativas passam a imperar.

Caso você trabalhe em uma

empresa ou seja um gestor, uma forma simples de enxergar esse problema é pensar que todo mundo tem uma balança, por isso avalie a equipe da seguinte forma: quanto tem de desculpa no dia a dia? É preciso ver se isso não está interferindo no resultado ou, até, superando os resultados obtidos.

É como diz aquela famosa frase: somos contratados por nossas habilidades técnicas e demitidos por nossas atitudes comportamentais. Ou seja, certamente, o excesso de desculpas pode ser o responsável por uma demissão.

Vale destacar também, que, em grande parte das vezes, a raiz de tudo está na expressão "eu não tive tempo". Essa é a pior das desculpas! É preciso entender que o problema não é a falta de tempo e, sim, você que não escolheu priorizar a tarefa que deveria ser feita.

É preciso pensar nisso, será que você está dando desculpas demais ou será que está gerando resultados para a sua empresa, vida, equipe e assim por diante? Pessoas que não geram resultados são profissionais que ficam naquele time com quem ninguém quer trabalhar e que, simplesmente, patinam em

vez de caminhar na direção daquilo que almejam. É preciso ser mais forte que as desculpas.

Um exemplo prático é aquele momento do dia em que você fica em dúvida se deve ir para a academia ou não. Pense da seguinte forma: se for para a academia, vou sentir bem e ficar mais disposto. Ao visualizar a situação, você fica livre da desculpa interna (como

a maioria faz), seu lado escuro começa a ficar mais claro e, com isso, sai do lugar e começa a fazer aquilo que deveria fazer.

O mundo está cheio de desculpas, não seja mais um a ficar inventando justificativas para tudo e todos. Em vez disso, crie questionamentos para vencer as desculpas e tornar o seu dia muito mais produtivo.

PARA SABER MAIS INFORMAÇÕES SOBRE ESTE E OUTROS TEMAS RELACIONADOS AO REGISTRO CIVIL  
ACESSO: WWW.ARPENSP.ORG.BR OU ENVIE UM E-MAIL PARA ARPENSP@ARPENSP.ORG.BR

**M.A. ELÉTRICA E HIDRÁULICA**  
Aluguel Mensal de Containers  
(17) 3651-3166  
(17) 99733-0321 - Vivo  
(17) 99199-9949 - Claro  
(17) 98100-9058 - Tim  
Rua XV de Novembro nº 44-56  
Centro - Palmeira D'Oeste - SP

**CAMAG**  
CANÁRIO - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES  
FONE: (17) 3651-1423  
FONE/FAX: 3651-1339  
RUA BRASIL, Nº 56-100 - CENTRO - PALMEIRA D'OESTE-SP

Móveis  
**Casabella**  
A SUA CASA DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS  
Fone (17) 3651-1048  
AV. CARLOS GOMES, Nº 47-90 CENTRO  
Palmeira d'Oeste-SP

**Tribuna da Imprensa**  
**EXPEDIENTE**  
Jornal Tribuna da Imprensa S/S Ltda  
C.N.P.J. nº 13.787.972/0001-10  
Insc. Municipal nº 0300.1036.1302  
Diretor Presidente - Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes  
Vice Presidente - Marília Botelho Soares Dutra Fernandes  
Editor / Redator - José Antonio Fernandes  
Colunista: Tenente Dirceu Cardoso  
Redação: Rua Rio Branco, nº 49-16 - Centro  
Fone (17) 3651-1293 / 3651-1379 - Palmeira d'Oeste/SP  
CEP 15.720-000 - E-Mail: tribunadacomarca@yahoo.com.br  
Diagramação e Impressão:  
Gráfica e Editora Total Graph - JALES-SP - Fone (17) 3632-6889  
MSN e E-mail: folharegional@melfinet.com.br  
Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente a opinião deste jornal.

**PREFEITURA MUNICIPAL**  
Palmeira D'Oeste - Estado de São Paulo  
Av. Dr. Francisco Felix Mendonça, 4955 Centro  
Fone/Fax (017) 651-1212 = CEP 15720-000  
CNPJ 46.609.731/0001-30  
E-mail pmpalmeira@ig.com.br  
CONVOCAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE VAGAS  
A Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste Estado de São Paulo na pessoa do Sr. LUCIANO ANGELO ESPARAPANI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais,-  
Convoca os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº. 01/2.015, abaixo relacionados, conforme resultado publicado por Edital anteriormente, a comparecer no próximo dia 25 de janeiro de 2016, às 8h00min nas dependências da Escola "DISNEI ANTONIO MONZANI" situada na Rua PAPA JOÃO XXIII nº 53-51 na cidade de Palmeira d'Oeste - SP, para instruções sobre a função a ser desempenhada, a seguir comparecer no Departamento de Pessoal situado à Avenida Dr. Francisco Felix Mendonça nº. 49-55, com o fim específico de tomar posse do cargo pleiteado. O não comparecimento no dia e horário marcado implicaram na desistência da vaga.  
CARGO CLASSIF. NOME MEDIA.  
MERENDEIRA 1º Catia Cristina Fachin dos Santos 66,50  
2º Marli Felix Moura 66,50  
SERVENTE 1º Ana Paula Pereira dos Santos 76,00  
2º Marcia Aparecida Sotana Tondini 72,00  
3º Elisabeth Cristina Dos Santos Cioti 72,00  
Palmeira d'Oeste - SP, 18 de janeiro de 2016.  
Luciano Angelo Esparapani  
Prefeito Municipal

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
COMARCA DE PALMEIRA D'OESTE  
Instalada em 26 de Janeiro de 1969  
CNPJ(MF) 51.841.955/0001-02  
E-mail: regimovis.palmeira@gmail.com  
Igor Cesar Motta Tavares  
Av. Euclides da Cunha, nº 51-40 - Fone: (017) 3651-1025 - CEP: 15720-000 - Palmeira d'Oeste - São Paulo  
IGOR CESAR MOTTA TAVARES  
OFICIAL INTERINO  
EDITAL DE LOTEAMENTO  
(Lei Federal nº 6766, de 19-12-1979, alterada pela Lei nº 9.785, de 29-01-1999)  
Igor Cesar Motta Tavares, Oficial Interino do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc.,  
FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que a empresa ODR INCORPORAÇÕES LTDA-ME, inscrita no C.N.P.J. do M.F. sob nº 19.851.855/0001-54, com sede na Rua Nicolau Guilbino, nº 217, Sobrado 18, Capão da Imbuia, na cidade de Curitiba-PR, CEP: 82.800-940, com seu Contrato Social Por Transformação de Empresário ODR Incorporações Ltda - ME, datado de 24.03.2014, registrado na Junta Comercial do Paraná Posto Avançado da associação Comercial do Paraná, em 31.03.2014, sob número 41207834826, no ato representado pelo sócio proprietário, Sr. Otávio Dias, portador da cédula de identidade, R.G. nº 12.344.164-X-SSP-SP, exp. em 01.11.2005, e inscrito no C.P.F. do M.F. sob nº 018.513.898-57, brasileiro, casado, bancário e empresário, capaz, residente e domiciliado na Rua Nicolau Guilbino, nº 217, Bairro Capão da Imbuia, na cidade de Curitiba-PR, onde se encontra a disposição dos interessados, para exame, o memorial descritivo, plantas e demais documentos exigidos pelo artigo 18, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para o registro de um LOTEAMENTO denominado RESIDENCIAL DAS ARAUCÁRIAS, confrontando-se com a Avenida Catanduba, com o Sistema de Lazer Conjunto Habitacional João José Dias, com a Mitra Diocesana de Jales, com a Rua Francisco Mastrocczare, com a Avenida José Gasques Gasques, com a Avenida Padre Gilberto Mievvergeld, melhor localizado no mapa de localização anexo. O loteamento contém 115.084,3708 metros quadrados, divididos em 14 Quadras, designadas pelos nºs 13 a 26, e estas subdivididas em 207 Lotes, com 54.603,63 metros quadrados; 60.480,7408 metros quadrados ocupados por áreas públicas; 26.354,995 metros quadrados ocupados pelo sistema viário; 8.187,79 metros quadrados ocupados por áreas institucionais (equipamentos urbanos e comunitários); 25.937,9588 metros quadrados ocupados por espaços livres de uso público; 20.519,2958 metros quadrados ocupados por áreas verdes; e 5.418,66 metros quadrados ocupados pelo sistema de lazer. Destina-se a uma zona residencial e foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste-SP, e pelas demais repartições competentes, inclusive o GRAPROHAB (Certificado nº 460/2015). A Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste-SP, exigit, para garantia da execução das obras de infra-estrutura, a caução hipotecária nº 21 Lotes, numerados de 08 a 17 da Quadra "14"; 01 a 05 da Quadra "13"; 01 a 06 da Quadra "12"; do empreendimento. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este Edital que será publicado em Jornal da região, com circulação nesta cidade, por três dias consecutivos de circulação, podendo o registro ser impugnado no prazo de 15 dias, contado da data da última publicação, nos termos do artigo 19 da citada Lei Federal nº 6.766. Dado e passado nesta cidade e comarca de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis (19/01/2016). Eu (Igor Cesar Motta Tavares) Oficial Interino, digitei, conferi, subscrevi, dou fé e assino.  
51.841.955/0001-02  
OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS  
Av. Euclides da Cunha, nº 51-40  
Centro - CEP 15720-000  
PALMEIRA D'OESTE-SP

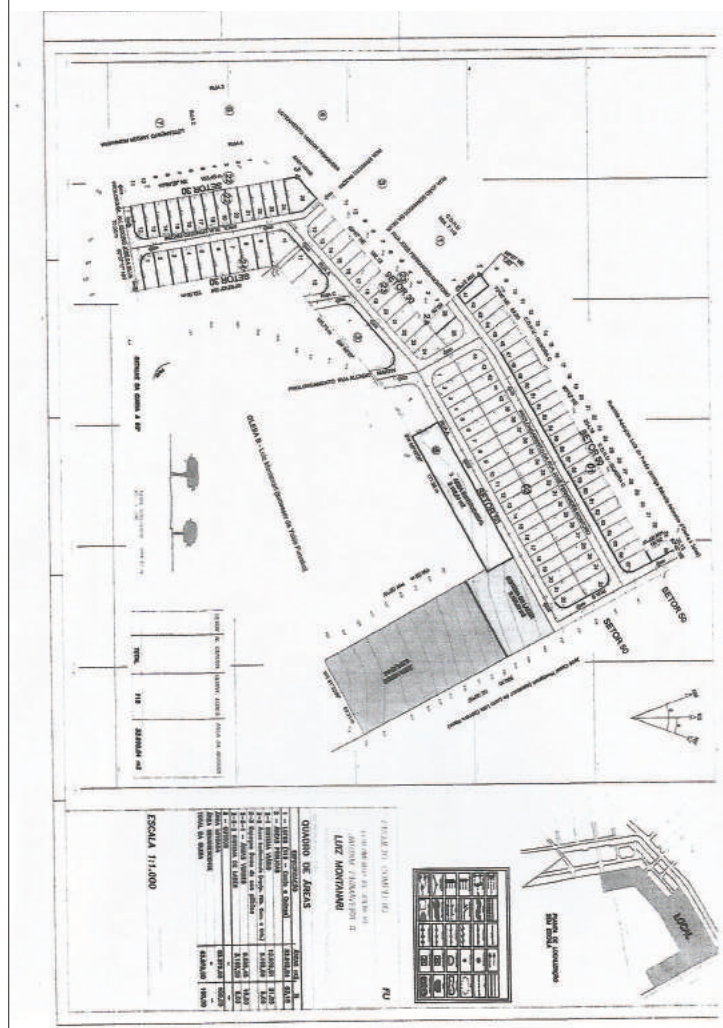


OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA  
COMARCA DE PALMEIRA D'OESTE  
Instalada em 26 de Janeiro de 1969  
CNPJ(MF) 51.841.955/0001-02  
E-mail: regimoveis.palmeira@gmail.com  
Av. Euclides da Cunha, nº 51-40 - Fone: (017) 3651-1005 - CEP: 15720-000 - Palmeira d'Oeste - São Paulo

IGOR CESAR MOTTA TAVARES  
OFICIAL INTERINO

EDITAL DE LOTEAMENTO  
(Lei Federal nº 6766, de 19-12-1979, alterada pela Lei nº 9.785, de 29-01-1999)  
Igor Cesar Motta Tavares, Oficial Interino do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc.,  
FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que a empresa **IMOBILIÁRIA MONTANARI LTDA-EPP**, inscrita no C.N.P.J. do M.F. sob nº 13.486.610/0001-99, com sede na Rua Brasil, nº 58-47, centro, CEP: 15720-000, nesta cidade, depositaram nesta serventia, sito nesta cidade e comarca de Palmeira d'Oeste-SP, na Av. Euclides da Cunha, nº 51-40, Centro, na pessoa de seus sócios proprietários, Srs. LUIZ MONTANARI, brasileiro, empresário, R.G.nº 7.928.304-SSP-SP, exp. em 19.11.1973, e inscrito no C.P.F. do M.F. sob nº 973.813.228-20 e sua mulher ANA INEZ DE OLIVEIRA MONTANARI, brasileira, empresária, portadora da cédula de identidade, R.G.nº 35.547.360-4-SSP-SP, e inscrita no C.P.F. do M.F. sob nº 178.953.911-00, casados no regime da comunhão parcial de bens, após a vigência da Lei nº 6.515/77, onde se encontra a disposição dos interessados, para exame, o memorial descritivo, plantas e demais documentos exigidos pelo artigo 18, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para o registro de um **LOTEAMENTO** denominado **JARDIM PRIMAVERA II**, confrontando-se com Rua Ernesto Pazzini, a Rua José Fernandes Montoro, o prolongamento da Rua José Fernandes Montoro, melhor localizado no mapa de localização anexo. O loteamento contém 63.972,00 metros quadrados, divididos em 07 Quadras, designados pelos nºs 01, 02, 03, 05, 22, 23 e 24, e estas subdivididas em 115 Lotes, com 33.998,84 metros quadrados; 13.979,51 metros quadrados ocupados pelo sistema viário; 3.199,00 metros quadrados ocupados por áreas institucionais (equipamentos urbanos e comunitários); 9.595,45 metros quadrados ocupados por áreas verdes; e 3.199,20 metros quadrados ocupados pelo sistema de lazer. Destina-se a uma zona residencial e foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste-SP, e pelas demais repartições competentes, inclusive o GRAPROHAB (Certificado nº 094/2014). A Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste-SP, emitiu Certidão de Conformidade, datada de 15/09/2015, certificando que o Loteamento está de acordo com as infraestruturas solicitadas e obrigatórias de acordo com as Leis Municipais e Estaduais, sendo que estas encontram-se concluídas e prontas para o início das obras de construção do loteamento. E para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este Edital que será publicado em Jornal da região, com circulação nesta cidade, por três dias consecutivos de circulação, podendo o registro ser impugnado no prazo de 15 dias, contado da data da última publicação, nos termos do artigo 19 da Lei Federal nº 6.766. Dado e passado nesta cidade e comarca de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis (19/01/2016). - Eu (Igor Cesar Motta Tavares) Oficial Interino, digitei, conferi, subscrevi, dou fé e assino.

51.841.955/0001-02  
OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS  
Av. Euclides da Cunha nº 51-40  
Centro - CEP 15720-000  
PALMEIRA D'OESTE-SP



Câmara Municipal de Marinópolis  
Estado de São Paulo

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**CONTRATO Nº 003/2016**  
**CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS, SP.**  
**CONTRATADO: RENATO FURLAN NETO 22657127878**  
**OBJETO: HOSPEDAGEM E MANUTENÇÃO DO SITE OFICIAL**  
**VALOR GLOBAL: R\$ 2.169,68**  
**VIGÊNCIA: 19.01.16 à 31.12.16**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO: Art. 24, II, Lei 8.666/93**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL- IPREM  
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO - SP  
Criado pela LC 05/93 - Regulamento pelo Decreto 037/94  
CNPJ (MF) 00.409.769/0001-68  
Rua Santa Catarina, 1236 - Fone (17) 3693-1166 - CEP 16.710-000 - São Francisco - SP

**EXTRATO**  
**CONTRATO Nº 002 /2016**  
**CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO "IPREM"**  
**CONTRATADA: SUELI DA ROCHA VIEIRA**  
**ORIGEM: Dispensa de Licitação (Artigo 24 da Lei 8.666/93)**  
**OBJETO: Prestação de serviços de faxina (limpeza geral) nas dependências do IPREM**  
**VALOR: R\$ 3.600,00 (Três mil reais) em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 300,00 (trezentos reais).**  
**VIGÊNCIA: 12 meses (01/01/2016 a 31/12/2016)**  
São Francisco - SP, 02 de janeiro de 2016  
Ismael Nunes Pires - Superintendente

**EXTRATO**  
**CONTRATO: 003/2016**  
**CONTRATANTE: INTITUTO DE PREV. MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO "IPREM"**  
**CONTRATADO: FERNANDES, GOULART E ROSSI ADVOGADOS ASSOCIADOS**  
**ORIGEM: Dispensa de Licitação (Art. 24 - Lei 8.666/93)**  
**OBJETO: Assessoria e Consultoria Jurídica e advocacia geral.**  
**VALOR: R\$ 7.800,00, divididos em 12 parcelas de R\$ 650,00.**  
**VIGÊNCIA: 12 meses (01/01/2016 a 31/12/2016).**  
São Francisco - SP, 02 de janeiro de 2016.  
Ismael Nunes Pires - Superintendente

**EXTRATO**  
**CONTRATO: 004/2016.**  
**CONTRATANTE: INTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO "IPREM"**  
**CONTRATADO: PLENA CONSULTORIA DE INVESTIMENTO LTDA**  
**ORIGEM: Dispensa de Licitação (Art. 24 - Lei 8.666/93)**  
**OBJETO: Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em investimento.**  
**VALOR: R\$ 3.332,40 - divididos em 12 parcelas de R\$ 277,70.**  
**VIGÊNCIA: 12 meses (01/01/2016 a 31/12/2016).**  
São Francisco - SP, 04 de janeiro de 2016.  
Ismael Nunes Pires - Superintendente

**EXTRATO**  
**CONTRATO Nº.005/2016**  
**Contratante: Instituto de Previdência Municipal de São Francisco - IPREM**  
**Contratado: Jornal Tribuna da Imprensa S/S Ltda. - CNPJ 13.787.972/0001-10**  
**Objeto: Publicação dos atos oficiais do IPREM.**  
**Valor Global: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)**  
**Valor Mensal: R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)**  
**Vigência: De 04 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.**  
São Francisco - SP; 04 de janeiro de 2016.  
Ismael Nunes Pires - Superintendente  
São Francisco - SP, 04 de janeiro de 2016.  
Ismael Nunes Pires - Superintendente

**Artigo Infantil - Juvenil e adulto**  
**Direção: Sônia**  
Rua Brasil nº. 4643 - Centro - Palmeira d Oeste - Telefone: 3651-1076

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS**  
C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14  
Praça da Bandeira nº 69 - Centro - CEP 15.730-000  
E-Mail: executivomaripolis@yahoo.com.br  
Telefone/Fax (17) 3695-1101

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS**  
**Aditamento de Contrato**  
**ADITAMENTO Nº 003/2016.**  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Marinópolis.  
**CONTRATADA:** ALPHAPIBLICA CONSULTORIA E ACESSORIA LTDA.  
**OBJETO:** Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Administrativa Geral.  
**VALOR GLOBAL:** R\$ 49.667,52 **ASSINATURA:** 05/01/2016 - **VIGÊNCIA:** 31/12/2016. **AMPARO LEGAL:** Fundamenta-se no disposto no referido inciso II, do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, demais alterações posteriores.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS**  
**Aditamento de Contrato**  
**ADITAMENTO Nº 002/2016.**  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Marinópolis.  
**CONTRATADA:** JORNAL A TRIBUNA DA IMPRENSA S/S LTDA.  
**OBJETO:** Contratação de Jornal para Publicações Ilimitadas compreendendo: Leis, Decretos, Portarias; Atos e Editais em geral; divulgações de Eventos do Município, Comunicados de Campanhas das áreas da Saúde, Educação e outros interesses públicos e Assessoria de Comunicação e Imprensa, incluindo cobertura dos eventos promovidos pela municipalidade. **VALOR GLOBAL:** R\$ 16.800,00 **ASSINATURA:** 05/01/2016 - **VIGÊNCIA:** 31/12/2016. **AMPARO LEGAL:** fundamenta-se no disposto no referido inciso II, do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, demais alterações posteriores.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS**  
**Aditamento de Contrato**  
**ADITAMENTO Nº 001/2016.**  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Marinópolis.  
**CONTRATADA:** ADRIANO LORENSETTE - ME.  
**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços profissionais de engenharia civil, para atuar junto ao departamento de obras e serviços do município. **VALOR GLOBAL:** R\$ 36.000,00 **ASSINATURA:** 05/01/2016 - **VIGÊNCIA:** 31/01/2016. **AMPARO LEGAL:** fundamenta-se no disposto no referido inciso II, do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, demais alterações posteriores.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS**  
**Aditamento de Contrato**  
**ADITAMENTO Nº 003/2016.**  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Marinópolis.  
**CONTRATADA:** SANT' ANNA - CONSULTORIA E ACESSORIA S/C LTDA.  
**OBJETO:** Prestação de serviços jurídicos especializados de Advocacia Geral. **VALOR GLOBAL:** R\$ 60.581,16 **ASSINATURA:** 05/01/2016 - **VIGÊNCIA:** 31/01/2016. **AMPARO LEGAL:** fundamenta-se no disposto no referido inciso II, do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, demais alterações posteriores.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS**  
**Aditamento de Contrato**  
**ADITAMENTO Nº 003/2016.**  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Marinópolis.  
**CONTRATADA:** WELLINGTON SERRILHO SOLER - ME.  
**OBJETO:** Prestação de serviços de implantação e acesso a internet através de ondas de rádio tipo Wireless. **VALOR GLOBAL:** R\$ 79.200,00 **ASSINATURA:** 05/01/2016 - **VIGÊNCIA:** 31/01/2016. **AMPARO LEGAL:** fundamenta-se no disposto no referido inciso II, do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, demais alterações posteriores.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS**  
**Aditamento de Contrato**  
**ADITAMENTO Nº 001/2016.**  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Marinópolis.  
**CONTRATADA:** RODRIGUES DA ROCHA SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA - ME.  
**OBJETO:** prestação de serviços médicos, compreendendo a função de Ginecologia e Obstetrícia, abrangendo todas as funções inerentes a profissão, a serem prestados junto ao Centro de Saúde deste município. **VALOR GLOBAL:** R\$ 60.000,00 **ASSINATURA:** 05/01/2016 - **VIGÊNCIA:** 31/01/2016. **AMPARO LEGAL:** fundamenta-se no disposto no referido inciso II, do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, demais alterações posteriores.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS**  
**Aditamento de Contrato**  
**ADITAMENTO Nº 001/2016.**  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Marinópolis.  
**CONTRATADA:** NERI SILVA JUNIOR - ME.  
**OBJETO:** prestação de serviços médicos, na função de medico pediatra, abrangendo todas as funções inerentes a profissão a serem prestados junto ao Centro de Saúde de Marinópolis deste município. **VALOR GLOBAL:** R\$ 66.402,00 **ASSINATURA:** 05/01/2016 - **VIGÊNCIA:** 31/01/2016. **AMPARO LEGAL:** fundamenta-se no disposto no referido inciso II, do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, demais alterações posteriores.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS**  
**Aditamento de Contrato**  
**ADITAMENTO Nº 002/2016.**  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Marinópolis.  
**CONTRATADA:** CLINIVET - CONSULTORIA E COMERCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA - ME.  
**OBJETO:** prestação de serviços médicos a contratante, compreendendo na função de veterinário, para atuação junto a Vigilância Sanitária, deste município. **VALOR GLOBAL:** R\$ 31.800,00 **ASSINATURA:** 06/01/2016 - **VIGÊNCIA:** 31/01/2016. **AMPARO LEGAL:** fundamenta-se no disposto no referido inciso II, do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, demais alterações posteriores.

**EXTRATO DE CONTRATO**  
**CONTRATO Nº 010/2016.**  
**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Marinópolis.  
**CONTRATADA:** FSV - ASSESSORIA E CONCURSOS S/S LTDA.  
**OBJETO:** prestação de serviço referente a realização do Concurso Público 2016. - **VALOR GLOBAL:** R\$ 7.700,00 - **ASSINATURA:** 20/01/2016 - **VIGÊNCIA:** 19/04/2016 - **MODALIDADE:** Dispensa de Licitação, Art. 24 inciso II da Lei nº 8.666/93, com suas alterações.  
Jarbas de Lima Junior - Prefeito Municipal.

**TREINART INFORMATICA**  
**(17) 3651-1010 OU (17) 9-9644-4650**  
**Os melhores cursos para as melhores**  
**VAGAS DE EMPREGO**

**PRIMEIRO EMPREGO**  
Curso que irá ajudar você a conquistar uma vaga no mercado de trabalho

**Operador de Caixa**  
O Operador de Caixa é uma das profissões com maior índice de crescimento devido à abertura de novas empresas. Sendo assim, este profissional é muito valorizado e necessário para o desenvolvimento das organizações e poder atuar em empresas de todos os ramos. Com base nestes aspectos o curso irá proporcionar ao aluno o conhecimento necessário para ingressar no mercado de trabalho.

**CONECTA CURSOS PROFISSIONALIZANTES Flex**

**FARMACIA E DROGARIA**  
A área da saúde precisa de profissionais qualificados. O atendente de farmácia tem como função receber, efetuar vendas e auxiliar em outras atividades. Neste curso você aprenderá sobre anatomia, doenças frequentes, classificar e armazenar medicamentos, atendimento ao cliente, técnica de vendas, entre outros.

**CONECTA CURSOS PROFISSIONALIZANTES Flex**

**CONECTA PEOPLE CURSO DE IDIOMAS**  
Curso de Inglês - Conecta People ensina e pratica as várias habilidades da Língua Inglesa tanto em: sua vivência como em seu uso. Concentrando-se em áreas onde o aluno adquire conhecimentos necessários para seu cotidiano.

**CONECTA CURSOS PROFISSIONALIZANTES Flex**

**Garçom**  
Este curso é direcionado a pessoa que queira se profissionalizar como Garçom. Um profissional de destaque em restaurantes ou estabelecimentos de alimentos e bebidas, tendo entre as suas funções o dever de receber bem o cliente. O objetivo deste curso é capacitar o aluno na excelência do atendimento e as atividades de sua função.

**CONECTA CURSOS PROFISSIONALIZANTES Flex**

**CONECTA SENIOR**  
Curso de Informática para Melhor Idade

**CONECTA CURSOS PROFISSIONALIZANTES Flex**

**DIGITA**  
CURSO DE INFORMÁTICA

**CONECTA CURSOS PROFISSIONALIZANTES Flex**

**ZUMBA FITNESS**

**Fone: (17) 99759-8558**  
**LOCAL: CCI PALMEIRA D" OESTE**

**Aulas: Segundas e Quartas**  
**As: 19:30**



**ECONOMIZE ÁGUA E PRESERVE O MEIO AMBIENTE. FAÇA A SUA PARTE.**

**sabesp**



## Marinópolis - PODER LEGISLATIVO CAMARA MUNICIPAL DE MARINOPOLIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO:Jan/2015 a Dez/2015

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS	
	Jan/2015 a Dez/2015	
	LIQUIDADAS ( a )	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ( b )
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	398.361,83	0,00
Pessoal Ativo	398.361,83	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	398.361,83	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	11.412.794,05	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	398.361,83	3,49
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	684.767,64	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	650.529,26	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	616.290,88	5,40

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

Observação para AUEDES.  
Apuração da Dedução da Despesa com Inativo: Considerar o Valor da Despesa até o Limite da Receita Vinculada ao RPPS

## CAMARA MUNICIPAL DE MARINOPOLIS RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2015

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não-Processados) (D)-(a)+(b)+(c)+(d)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO CANCELADOS (Não Inscritos por Inexistência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores (a)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (b)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (c)	Demais Obrigações Financeiras (d)			
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

\* Relatório agrupado por código de aplicação (grupo código)

No Data Found

## CAMARA MUNICIPAL DE MARINOPOLIS RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL PERÍODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2015

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	11.412.794,05

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	398.361,83	3,49
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	684.767,64	6,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	650.529,26	5,70

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	0,00	0,00

RESTOS A PAGAR	VALOR	% SOBRE A RCL
Valor Total	0,00	0,00

## PALMEIRA D'OESTE - PODER LEGISLATIVO CAMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO:Jan/2015 a Dez/2015

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS	
	Jan/2015 a Dez/2015	
	LIQUIDADAS ( a )	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ( b )
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	642.480,37	0,00
Pessoal Ativo	642.480,37	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	642.480,37	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	19.991.853,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	642.480,37	3,21
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.199.511,23	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	1.139.535,67	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	1.079.560,10	5,40

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE.

EXTRATO DO CONTRATO 003/2016  
CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE.

CONTRATADA: ASCLEPIUS CLINICA MEDICA LTDA.

CNPJ: 03.196.379/0001-45

VALOR : R\$ 250,00 por Perícia Médica

ASSINATURA DO CONTRATO: 04 de janeiro de 2016.

OBJETO: Contratação para a Prestação de Serviço de Atendimento Médico , através do Médico Perito Dr. Osnir Custódio da Silveira CRM 28.289.

VIGÊNCIA: 12 meses, a partir de 04 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

MODALIDADE: Dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso II, da Lei 8666/93.

Palmeira D'Oeste, 04 de janeiro de 2016.

MARILDE MURZANI TEIXEIRA SANTIAGO Presidente do IPREM

EXTRATO DO CONTRATO 003/2014 - ADITIVO 003/2016

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE.

CONTRATADA: PROJAL PROCESSAMENTO DE DADOS E COMERCIO LTDA

CNPJ: 56.331.226/0001-20

VALOR MENSAL: R\$ 637,32

ASSINATURA DO CONTRATO: 30 de dezembro de 2015.

OBJETO: Contratação para licença de uso

## SAO FRANCISCO - PODER LEGISLATIVO CAMARA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO:Jan/2015 a Dez/2015

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS	
	Jan/2015 a Dez/2015	
	LIQUIDADAS ( a )	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ( b )
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	392.510,97	0,00
Pessoal Ativo	361.118,97	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	31.392,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	392.510,97	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	12.060.896,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	392.510,97	3,25
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	723.653,77	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	687.471,08	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	651.288,39	5,40

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

## SAO FRANCISCO - PODER LEGISLATIVO CAMARA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO:Jan/2015 a Dez/2015

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS	
	Jan/2015 a Dez/2015	
	LIQUIDADAS ( a )	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ( b )
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	392.510,97	0,00
Pessoal Ativo	361.118,97	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	31.392,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	392.510,97	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	12.060.896,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	392.510,97	3,25
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	723.653,77	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	687.471,08	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	651.288,39	5,40

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

## APARECIDA D'OESTE - PODER LEGISLATIVO CAMARA MUNICIPAL DE APARECIDA D'OESTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO:Jan/2015 a Dez/2015

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS	
	Jan/2015 a Dez/2015	
	LIQUIDADAS ( a )	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ( b )
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	510.654,76	0,00
Pessoal Ativo	510.654,76	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	510.654,76	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.924.009,35	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	510.654,76	3,67
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	835.440,56	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	793.668,53	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	751.896,50	5,40

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP  
LEI MUNICIPAL Nº. 2.550, DE 20 DE JANEIRO DE 2016.  
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ATÉ O VALOR DE R\$ 170.000,00 (CENTO E SETENTA MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:  
LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir em sua Contadoria, Crédito Adicional Especial, destinados a custear despesas com aquisição de equipamentos e material permanente na Creche Alto das Palmeiras, conforme a seguinte classificação orçamentária:

1	Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste	
02	Prefeitura Municipal	
02.05	Educação	
02.05.04	Educação Infantil	
12	Educação	
12.365	Educação Infantil	
12.365.0018	Educação Infantil	
12.365.0018.1143.0000	Aquisição de equip. e material permanente-Creche A. Palmeiras	
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente.....R\$ 170.000,00	
(código de aplicação 210.146)		
Total do Crédito Adicional Especial.....R\$ 170.000,00		

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica a Contadoria da Prefeitura Municipal autorizada a usar o excesso de arrecadação que será recebido através de Convênio assinado com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e aplicação financeira.

Art. 3º - Fica autorizada através da presente Lei a inclusão deste programa e atividades no PPA e LDO, do exercício financeiro de 2016.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 20 DE JANEIRO DE 2016.

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada conforme lei pertinente, em data supra.

Luiz Carlos Felício

Encarregado Exp. Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP

LEI MUNICIPAL Nº. 2.551, DE 20 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ATÉ O VALOR DE R\$ 38.000,00 (TRINTA E OITO MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir em sua Contadoria, Crédito Adicional Especial, destinados a custear despesas com aquisição de 01 (um) veículo para a Secretaria Municipal de Assistência Social Geral do Município, conforme a seguinte classificação orçamentária:

1	Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste	
02	Prefeitura Municipal	
02.12	Assistência	
02.12.01	Assistência Social Geral	
08	Assistência Social	
08.244	Assistência Comunitária	
08.244.0037	Assistência Social Geral	
08.244.0037.1913.0000	Aquis. de veículo para Secretaria Municipal de Assistência Social Geral	
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente.....R\$ 35.000,00	
(código de aplicação 500.148 – Seeds)		
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente.....R\$ 3.000,00	
(Recursos próprios 100.00)		
Total do Crédito Adicional Especial.....R\$ 38.000,00		

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica a Contadoria da Prefeitura Municipal autorizada a utilizar o excesso de arrecadação que será provocado pela receita recebida de Convênio que será assinado com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – SEADS do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) e R\$ 3.000,00 (Três mil reais) do excesso de arrecadação que será apurado no final do exercício de 2016.

Art. 3º - Fica autorizada através da presente Lei a inclusão deste programa e atividades no PPA e LDO, do exercício financeiro de 2016.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 20 DE JANEIRO DE 2016.

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada conforme lei pertinente, em data supra.

Luiz Carlos Felício

Encarregado Exp. Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP

LEI MUNICIPAL Nº. 2.552, DE 20 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ATÉ O VALOR DE R\$ 175.000,00 (CENTO E SETENTA E CINCO MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir em sua Contadoria, Crédito Adicional Especial, destinados a custear despesas com a construção do Prédio do Fundo Municipal de Assistência Social Geral do município, conforme a seguinte classificação orçamentária:

1	Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste	
02	Prefeitura Municipal	
02.12	Assistência	
02.12.01	Assistência Social Geral	
08	Assistência Social	
08.244	Assistência Comunitária	
08.244.0037	Assistência Social Geral	
08.244.0037.1281.0000	Construção do Prédio do Fundo Municipal de Assistência Social	
4.4.90.51.00	Obras e instalações.....R\$ 140.000,00	
(código de aplicação 500.149 - Seeds)		
4.4.90.51.00	Obras e instalações .....R\$ 35.000,00	
Total do Crédito Adicional Especial.....R\$ 175.000,00		

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica a Contadoria da Prefeitura Municipal autorizada a utilizar o excesso de arrecadação que será provocado pela receita recebida de Convênio que será assinado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS do estado de São Paulo, no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais) e, R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) do excesso de arrecadação que será apurado no final o exercício de 2016.

Art. 3º - Fica autorizada através da presente Lei a inclusão deste programa e atividades no PPA e LDO, do exercício financeiro de 2016.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 20 DE JANEIRO DE 2016.

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada conforme lei pertinente, em data supra.

Luiz Carlos Felício

Encarregado Exp. Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP

LEI MUNICIPAL Nº. 2.553, DE 20 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ATÉ O VALOR DE R\$ 102.000,00 (CENTO E DOIS MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir em sua Contadoria, Crédito Adicional Especial, destinados a custear despesas com Reforma e Ampliação do Prédio do Espaço Jovem, conforme a seguinte classificação orçamentária:

1	Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste	
02	Prefeitura Municipal	
02.12	Assistência	
02.12.01	Assistência Social Geral	
08	Assistência Social	
08.244	Assistência Comunitária	
08.244.0037	Assistência Social Geral	
08.244.0037.1289.0000	Reforma e Ampliação do Prédio do Espaço Jovem	
4.4.90.51.00	Obras e instalações.....R\$ 80.000,00	
(código de aplicação 500.150 – Seeds)		
4.4.90.51.00	Obras e instalações.....R\$ 22.000,00	
(recursos próprios 510.000)		
Total dos Créditos.....R\$ 102.000,00		

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica autorizado a Contadoria da Prefeitura Municipal a utilizar o excesso de arrecadação que será provocado pela receita recebida de Convênio que será assinado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS – do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) e R\$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais) do excesso de arrecadação que será apurado no final do exercício de 2016.

Art. 3º - Fica autorizada através da presente Lei a inclusão deste programa e atividades no PPA e LDO, do exercício financeiro de 2016.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 20 DE JANEIRO DE 2016.

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada conforme lei pertinente, em data supra.

Luiz Carlos Felício

Encarregado Exp. Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP

LEI MUNICIPAL Nº. 2.554, DE 20 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ATÉ O VALOR DE R\$ 134.052,03 (CENTO E TRINTA E QUATRO MIL, CINQUENTA E DOIS REAIS E TRÊS CENTAVOS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir em sua Contadoria, Crédito Adicional Especial, destinados a custear despesas com a Construção de Praça Poliesportiva no Conjunto Habitacional Luiz Palata, conforme a seguinte classificação orçamentária:

1	Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste	
02	Prefeitura Municipal	
02.12	Assistência	
02.10.01	Habitação Urbana	
16	Habitação	
16.482	Habitação Urbana	
16.482.0035	Política Habitacional	
16.482.1984.0000	Construção de Praça Poliesportiva no Conjunto Hab. Luiz Palata	
4.4.90.51.00	Obras e instalações (código de aplicação 100.153).....R\$ 95.000,00	
4.4.90.51.00	Obras e instalações (recursos próprios).....R\$ 39.052,03	
Total do Crédito Adicional Especial.....R\$ 134.052,03		

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica autorizado a Contadoria da Prefeitura Municipal a utilizar o excesso de arrecadação que será provocado com o recebimento de receita do Convênio assinado com a Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 95.000,00 (Noventa e cinco mil reais), e a contrapartida de R\$ 39.052,03 (Trinta e nove mil, cinquenta e dois reais e três centavos) do excesso de arrecadação que será apurado no final do exercício financeiro de 2016.

Art. 3º - Fica autorizada através da presente Lei a inclusão deste programa e atividades no PPA e LDO, do exercício financeiro de 2016.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 20 DE JANEIRO DE 2016.

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada conforme lei pertinente, em data supra.

Luiz Carlos Felício

Encarregado Exp. Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP

LEI MUNICIPAL Nº. 2.555, DE 20 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ATÉ O



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

VALOR DE R\$ 690.000,00 (SEISCENTOS E NOVENTA MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir em sua Contadoria, Crédito Adicional Especial, destinados a custear despesas de Duplicação e Revitalização da Avenida Adalgi-so Luiz do Prado, no Município de Palmeira d'Oeste, conforme a seguinte classificação orçamentária:

1	Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste
02	Prefeitura Municipal
02.09	Serviços Urbanos
02.09.01	Obras e Serviços Urbanos
15	Urbanismo
15.451	Infraestrutura Urbana
15.451.033	Setor de Obras e Serviços Urbanos
15.451.0033.1815.0000	Duplicação e Revitalização da Av. Adalgiso Luiz do Prado

4.4.90.51.00 Obras e Instalações  
(código de aplicação 100.165).....R\$ 682.500,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações  
(recursos próprios 110.000.....R\$ 7.500,00

Total do Crédito Adicional Especial.....R\$ 690.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica a Contadoria da Prefeitura Municipal autorizada a utilizar o excesso de arrecadação que será provocado com o recebimento de receita do Convênio assinado com o Ministério do Turismo no valor de R\$ 682.500,00, e, a contrapartida de R\$ 7.500,00 com recursos próprios do excesso de arrecadação que será apurado no final do exercício de 2016.

Art. 3º - Fica autorizada através da presente Lei a inclusão deste programa e atividades no PPA e LDO, do exercício financeiro de 2016.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 20 DE JANEIRO DE 2016.

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada conforme lei pertinente, em data supra.

Luiz Carlos Felício

Encarregado Exp. Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP

LEI MUNICIPAL Nº. 2.556, DE 20 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ATÉ O VALOR DE R\$ 255.850,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir em sua Contadoria, Crédito Adicional Especial, destinados a custear despesas de Recapeamento Asfáltico em diversas Ruas da cidade de Palmeira d'Oeste-SP, conforme a seguinte classificação orçamentária:

1	Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste
02	Prefeitura Municipal
02.09	Serviços Urbanos
02.09.01	Obras e Serviços Urbanos
15	Urbanismo
15.451	Infraestrutura Urbana
15.451.033	Setor de Obras e Serviços Urbanos
15.451.0033.1965.0000	Recapeamento asfáltico em diversas Ruas da cidade de Palmeira d'Oeste.

4.4.90.51.00 Obras e Instalações (cód. de aplicação 100.167).....R\$ 245.850,00

4.4.90.51.00 Obras e Instalações (recursos próprios 110.000).....R\$ 10.000,00

Total do Crédito Adicional Especial.....R\$ 255.850,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica a Contadoria da Prefeitura Municipal autorizada a utilizar o excesso de arrecadação que será provocado com o recebimento de receita do Convênio assinado com o Ministério das Cidades no valor de R\$ 245.850,00, e, a contrapartida de R\$ 10.000,00 com recursos próprios do excesso de arrecadação que será apurado no final do exercício de 2016.

Art. 3º - Fica autorizada através da presente Lei a inclusão deste programa e atividades no PPA e LDO, do exercício financeiro de 2016.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 20 DE JANEIRO DE 2016.

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada conforme lei pertinente, em data supra.

Luiz Carlos Felício

Encarregado Exp. Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP

LEI MUNICIPAL Nº. 2.557, DE 20 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ATÉ O VALOR DE R\$ 47.019,76 (QUARENTA E SETE MIL, DEZENOVE REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir em sua Contadoria, Crédito Adicional Especial, destinado a empenhar Aditivo da Construção do Centro de Convivência do Idoso, parte de recursos próprios, conforme a seguinte classificação orçamentária:

1	Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste
02	Prefeitura Municipal
02.12	Assistência
02.12.01	Assistência Social Geral
08	Assistência Social
08.241	Assistência ao Idoso
08.241.0036	Integração Social do Idoso
08.241.0036.1961.0000	Construção do Centro de Convivência do Idoso

4.4.90.51.00 Obras e Instalações.....R\$ 47.019,76

Total do Crédito Adicional Especial.....R\$ 47.019,76

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica a Contadoria da Prefeitura Municipal autorizada a empenhar Aditivo da Construção do Centro de Convivência do

Idoso – CCI, parte de recursos próprios, no valor de R\$ 47.019,76 (Quarenta e sete mil, dezenove reais e setenta e seis centavos).

Total do Crédito Adicional Especial.....R\$ 47.019,76

Art. 3º - Fica autorizada através da presente Lei a inclusão deste programa e atividades no PPA e LDO, do exercício financeiro de 2016.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 20 DE JANEIRO DE 2016.

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada conforme lei pertinente, em data supra.

Luiz Carlos Felício

Encarregado Exp. Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP

LEI MUNICIPAL Nº. 2.558, DE 20 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ATÉ O VALOR DE R\$ 52.700,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, SETECENTOS REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir em sua Contadoria, Crédito Adicional Especial, destinados a custear despesas com o Projeto Esporte Social, conforme a seguinte classificação orçamentária:

1	Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste
02	Prefeitura Municipal
02.07	Educação Física e Desporto
02.07.01	Desporto e Lazer
27	Desporto e Lazer
27.812	Desporto Comunitário
27.812.0027	Manutenção das Atividades do Desporto Amador
27.812.0027.2240.0000	Manutenção das Atividades do Desporto e Lazer

3.3.90.30.00 Material de Consumo.....R\$ 1.200,00

(Código de Aplicação 100.159)

3.3.90.30.00 Material de Consumo .....R\$ 700,00

Recursos próprios 110.000

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídicas.....R\$ 20.400,00

Código de aplicação 100.159

3.1.90.11.00 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil.....R\$ 23.400,00

Código de aplicação 1001.159

3.1.90.13.00 Obrigações Patronais.....R\$ 7.000,00

Recursos próprios

Total do Crédito Adicional Especial.....R\$ 52.700,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica a Contadoria da Prefeitura Municipal autorizada a utilizar o excesso de arrecadação que será provocado pela receita recebida de Convênio n.º 098/2014, Processo SELJ n.º 1265/2013 assinado com a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude do Estado de São Paulo, no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) e R\$ 7.700,00 (Sete mil, setecentos reais) do excesso de arrecadação que será apurado no final do exercício de 2016.

Art. 3º - Fica autorizada através da presente Lei a inclusão deste programa e atividades no PPA e LDO, do exercício financeiro de 2016.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 20 DE JANEIRO DE 2016.

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada conforme lei pertinente, em data supra.

Luiz Carlos Felício

Encarregado Exp. Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP

LEI MUNICIPAL Nº. 2.559, DE 20 DE JANEIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ATÉ O VALOR DE R\$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI, Prefeito Municipal de Palmeira d'Oeste, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL, POR SEUS REPRESENTANTES APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir em sua Contadoria, Crédito Adicional Especial, destinados a custear despesas do Ensino Infantil – apoio a Creches – Programa Brasil Carinhoso, com manutenção de (aquisição de material de consumo, serviços de terceiros, equipamentos e material permanente), conforme a seguinte classificação orçamentária:

1	Prefeitura Municipal de Palmeira d'Oeste
02.05	Educação
02.05.04	Educação Infantil
12	Educação
12.365	Educação Infantil
12.365.0018.1144.0000	Equipamentos e material permanente
4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente.....R\$ 6.000,00
	Código de aplicação 210.162 – Apoio a creche – Brasil Carinhoso
12.365.0018.2180.0000	Manutenção das atividades do Ensino Infantil - pré-escolas
3.3.90.32.00	Material de Consumo (210.162).....R\$ 13.000,00
3.3.90.39.00	Serviços de terceiros pessoas jurídicas.....R\$ 23.000,00

Total do Crédito Adicional Especial.....R\$ 42.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica autorizado a Contadoria da Prefeitura Municipal a utilizar o excesso de arrecadação que será apurado no final do exercício de 2016.

Art. 3º - Fica autorizada através da presente Lei a inclusão deste programa e atividades no PPA e LDO, do exercício financeiro de 2016.

Art. 4º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE-SP, 20 DE JANEIRO DE 2016.

LUCIANO ÂNGELO ESPARAPANI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada conforme lei pertinente, em data supra.

Luiz Carlos Felício

Encarregado Exp. Administrativo




**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO - SP**

Criado pela LC 05/93 – Regulamentado pelo Decreto 037/94

**CNPJ (MF) 00.409.769/0001-68**

Rua Santa Catarina, nº 1230 - Fone (17) 3693-1188 - SP CEP 15.710-000 – São Francisco - SP

**EXTRATO DE CONTRATO****CONTRATO Nº.004/2016**

**Contratante:** Instituto de Previdência Municipal de São Francisco - IPREM  
**Contratado:** Jornal Tribuna da Imprensa S/S Ltda. - CNPJ 13.787.972/0001-10  
**Objeto:** Publicação dos atos oficiais do IPREM.  
**Valor Global:** R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)  
**Valor Mensal:** R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)  
**Vigência:** De 04 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.  
 São Francisco – SP; 04 de janeiro de 2016.  
 Ismael Nunes Pires - Superintendente



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL- IPREM  
 MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO – SP  
 Criado pela LC 05/93 – Regulamentado pelo Decreto 037/94  
 CNPJ (MF) 00.409.769/0001-68  
 Rua Santa Catarina, 1230 – Fone (17) 993-1102 – CEP 15.710-000 – São Francisco – SP

**Extrato de contrato**

CONTRATO: 003/2016.

**CONTRATANTE:** INTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPA DE SÃO FRANCISCO “IPREM”**CONTRATADO:** PLENA CONSULTORIA DE INVESTIMENTO LTDA**ORIGEM:** Dispensa de Licitação (Art. 24 – Lei 8.666/93)**OBJETO:** Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica em investimento.**VALOR:** R\$ 3.332,40 - divididos em 12 parcelas de R\$ 277,70.**VIGÊNCIA:** 12 meses (01/01/2016 a 31/12/2016).

São Francisco – SP, 20 de janeiro de 2016.

Ismael Nunes Pires – Superintendente


**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL- IPREM  
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO – SP**

Criado pela LC 05/93 – Regulamentado pelo Decreto 037/94

**CNPJ (MF) 00.409.769/0001-68**

Rua Santa Catarina, 1230- Fone (17) 993-1102 – CEP 15.710-000 – São Francisco – SP

**RESOLUÇÃO Nº. 010/2015.**

**ISMAEL NUNES PIRES**, Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de São Francisco, Comarca de Palmeira D'Oeste, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais;

**CONSIDERANDO** disposto nos Artigos 34 da Lei Complementar nº. 026/05, é de rigor seja deferido o benefício, com pagamento de salário maternidade consistirá numa renda mensal igual ao último subsídio ou última remuneração da segurada. Art. 34, § 2º, da Lei Complementar nº. 026/2005.

**CONSIDERANDO** parecer do Conselho Deliberativo e Fiscal do IPREM, conforme ATA de 22/12/2015,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Conceder **Salário Maternidade** a servidora senhora SIMONE VIEIRA DE MATOS, portador da Cédula de Identidade nº. 43.301.003-4 SSP/SP, C.P.F nº. 327.061.258-37 e do PIS/PASEP 1.901.844.340-1, residente e domiciliada à Rua Rio Grande do Sul nº. 1396, na cidade de São Francisco, Estado de São Paulo, com proventos integrais no valor de R\$ 1.998,85, (um mil novecentos noventa e oito reais, oitenta e cinco centavos), com início de vigência a partir de 09/12 e término em 06/04/2015, ( 120 dias).

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Francisco, 22 de dezembro de 2015.

**ISMAEL NUNES PIRES**  
Superintendente

REGISTRADO E PUBLICADO.  
DATA SUPRA
**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL- IPREM  
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO – SP**

Criado pela LC 05/93 – Regulamentado pelo Decreto 037/94

**CNPJ (MF) 00.409.769/0001-68**

Rua Santa Catarina nº. 1230, 1236– Fone (17) 993-1102 – CEP 15.710-000 – São Francisco – SP

**RESOLUÇÃO Nº. 001/2016.**

**ISMAEL NUNES PIRES**, Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de São Francisco, Comarca de Palmeira D'Oeste, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais;

**CONSIDERANDO** disposto nos Artigos 34 da Lei Complementar nº. 026/05, é de rigor seja deferido o benefício, com pagamento de salário maternidade consistirá numa renda mensal igual ao último subsídio ou última remuneração da segurada. Art. 34, § 2º, da Lei Complementar nº. 026/2005.

**CONSIDERANDO** parecer do Conselho Deliberativo e Fiscal do IPREM, conforme ATA de 25/01/2016,

**RESOLVE**

**Art. 1º** - Conceder **Salário Maternidade** a servidora senhora ELIANE CRISTINA LAZARO, portador da Cédula de Identidade nº. 25.000.177-9 SSP/SP, C.P.F nº. 139.488.828-78 e do PIS/PASEP 124.00758.41.9, residente e domiciliada à Rua Amazonas nº. 1266, na cidade de São Francisco, Estado de São Paulo, com proventos integrais no valor de R\$ 1.862,67, (um mil oitocentos e sessenta e dois reais, sessenta e sete centavos), com início de vigência a partir de 20/01/2016 e término em 18/05/2016, ( 120 dias).

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Francisco, 25 de janeiro de 2016.

**ISMAEL NUNES PIRES**  
Superintendente

REGISTRADO E PUBLICADO.  
DATA SUPRA

# Ministério da Saúde investiga 3.448 casos suspeitos de microcefalia

Além dos casos que permanecem em investigação, outros 270 já tiveram confirmação para a doença e 462 foram classificados como descartados

O Ministério da Saúde investiga 3.448 casos suspeitos de microcefalia em todo o país. O novo boletim divulgado nesta quarta-feira (27) aponta também que 270 casos já tiveram confirmação de microcefalia, sendo que 6 com relação ao vírus Zika. Outros 462 casos notificados já foram descartados. Ao todo, 4.180 casos suspeitos de microcefalia foram registrados até 23 de janeiro.

“Em relação ao boletim divulgado no dia 20 de janeiro, é possível constatar a tendência de redução no número de notificações. O aumento identificado em uma semana de casos notificados foi de 7%. No entanto, a quantidade de casos descartados cresceu 63%, passando de 282 para os atuais 462”, ressaltou Cláudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde.

No total, foram notificados 68 óbitos por malformação congênita após o parto (natimorto) ou durante a gestação (abortamento espontâneo). Destes, 12 foram confirmados para a relação com infecção congênita, todos na região Nordeste, sendo 10 no Rio Grande do Norte, um no Ceará e um no Piauí. Continuam em investigação 51 mortes e outras cinco já foram descartadas.

Cabe esclarecer que o

## DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS NOTIFICADOS DE MICROCEFALIA POR UF, ATÉ 23 DE JANEIRO DE 2016

Regiões e Unidades Federadas	Casos de Microcefalia e/ou malformações, sugestivos de infecção congênita			Total acumulado de casos notificados de 2015 e 2016
	Em investigação	Confirmados	Descartados	
<b>Brasil</b>	<b>3.448</b>	<b>270</b>	<b>462</b>	<b>4.180</b>
<b>Região Nordeste</b>	<b>2.984</b>	<b>268</b>	<b>355</b>	<b>3.607</b>
Alagoas	158	0	0	158
Bahia	471	35	27	533
Ceará	218	4	7	229
Maranhão	119	0	15	134
Paraíba	497	31	181	709
Pernambuco	1.125	138	110	1.373
Piauí	91	0	0	91
Rio Grande do Norte	133	60	15	208
Sergipe	172	0	0	172
<b>Região Sudeste</b>	<b>200</b>	<b>1</b>	<b>39</b>	<b>240</b>
Espírito Santo	52	0	0	52
Minas Gerais	8	1	39	48
Rio de Janeiro	122	0	0	122
São Paulo	18	0	0	18
<b>Região Norte</b>	<b>82</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>94</b>
Acre	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro
Amapá	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro
Amazonas	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Sem registro
Pará	6	0	0	6
Rondônia	1	0	0	1
Roraima	5	0	0	5
Tocantins	70	0	12	82
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>180</b>	<b>0</b>	<b>47</b>	<b>227</b>
Distrito Federal	5	0	9	14
Goiás	62	0	0	62
Mato grosso	110	0	37	147
Mato Grosso do Sul	3	0	1	4
<b>Região Sul</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>12</b>
Paraná	2	0	8	10
Santa Catarina	0	0	1	1
Rio Grande do Sul	0	1	0	1

Ministério da Saúde está investigando todos os casos de microcefalia ou malformações informados

pelos estados, e a possível relação com o vírus Zika e outras infecções congênitas. A microcefalia pode ter como causa diversos agentes infecciosos além do Zika, como Sífilis, Toxoplasmose, Outros Agentes Infecciosos, Rubéola, Citomegalovírus e Herpes Viral.

De acordo o informe, os 4.180 casos noticiados, desde o início das investigações no dia 22 de outubro do ano passado – foram registrados em 830 municípios de 24 unidades da federação. A região Nordeste concentra 86% dos casos notificados, sendo que Pernambuco continua com o maior número de casos que permanecem em investigação (1.125), seguido dos estados da Paraíba (497), Bahia (471), Ceará (218), Sergipe (172), Alagoas (158), Rio Grande do Norte (133), Rio de Janeiro (122) e Maranhão (119).

Até o momento, estão em circulação autóctone do vírus Zika 22 unidades da federação. São elas: Goiás, Minas Gerais, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Roraima, Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

TESTAGEM – Atualmente, a circulação do Zika é confirmada por meio de teste PCR, com a tecnologia de biologia molecular. A partir da confirmação em uma determinada localidade, os outros diagnósticos são feitos clinicamente, por

avaliação médica dos sintomas. O Ministério da Saúde distribuirá 500 mil testes para realizar o diagnóstico de PCR (biologia molecular) para o vírus Zika.

Com isso, os laboratórios públicos ampliarão em 20 vezes a capacidade dos exames, passando de mil para 20 mil diagnósticos mensais. As primeiras 250 mil unidades tem entrega prevista para fevereiro, inicialmente aos 27 laboratórios, sendo quatro de referência e 23 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (LACEN). A previsão é que os outros 250 mil testes estejam disponíveis a partir do segundo semestre. No total, o Ministério da Saúde investiu R\$ 6 milhões para a aquisição dos produtos.

A recomendação do Ministério de Saúde, conforme Protocolo de Vigilância e Resposta à Ocorrência de Microcefalia, é que sejam priorizadas, para a realização do teste, mulheres grávidas com sintomas do vírus Zika, gestantes com bebê microcefálico, além de recém-nascidos com suspeita de microcefalia.

**ORIENTAÇÃO** – O Ministério da Saúde orienta as gestantes adotarem medidas que possam reduzir a presença de mosquitos transmissores de doença, com a eliminação de criadouros, e proteger-se da exposição de mosquitos, como manter portas e janelas fechadas ou teladas, usar calça e camisa de manga comprida e utilizar repelentes permitidos para gestantes.

### Câmara Municipal de São Francisco

Câmara Municipal de São Francisco  
ESTADO DE SÃO PAULO

Portaria nº 02, de 06 de Janeiro de 2016.

Concede licença para tratamento de saúde que especifica. O Presidente da Câmara Municipal de São Francisco, SP, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, etc.

Considerando a apresentação de atestado médico firmado por profissional habilitado,

**RESOLVE:**

1 - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor Wagner Rodrigues Gouveia, portador da cédula de identidade civil RG nº 27.778.194-2, inscrito na receita federal do Brasil CPF/MF sob nº 255.843.038-60, pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir do dia 06 de janeiro de 2016,

2 - Registre-se, publique-se, cumpra-se e notifique-se.

Câmara Municipal de São Francisco, SP, em 06 de janeiro de 2016.

**JOSÉ YONEZAWA**

Presidente

Arquivada em pasta, publicada em local de costume, na forma da lei.

**CLAUDETE DA CRUZ TRINDADE**

Assessora Parlamentar

Câmara Municipal de São Francisco

ESTADO DE SÃO PAULO

Portaria nº 03, de 06 de Janeiro de 2016.

Dispõe sobre a nomeação a título precário, de servidor e das outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de São Francisco, SP, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, etc.

**RESOLVE:**

1 - Nomear, a título precário, o senhor Denys Dauto Caires da Silva, portador da cédula de identidade civil RG. nº 47.921.356-2, inscrito na receita federal do Brasil CPF/MF sob nº 410.667.778-45, para ocupar o cargo de Diretor de Contabilidade e Finanças, de provimento em comissão da Câmara Municipal de São Francisco.

2 - Registre-se, publique-se, cumpra-se e notifique-se.

Câmara Municipal de São Francisco, SP, em 06 de janeiro de 2016.

**JOSÉ YONEZAWA**

Presidente

Arquivada em pasta, publicada em local de costume, na forma da lei.

**CLAUDETE DA CRUZ TRINDADE**

Assessora Parlamentar



PALMEIRA D'OESTE

# Prefeitura está executando serviços de melhorias nas estradas rurais do município

A Prefeitura de Palmeira d'Oeste intensificou a melhoria das estradas rurais após o período chuvoso dos primeiros dias do ano. Muitas estradas rurais foram prejudicadas com a grande quantidade de chuva que caiu sobre o município; com a estiagem desde a semana passada, os funcionários da prefeitura têm trabalhado, inclusive nos finais de semana, para realizar a manutenção das estradas rurais. O trabalho continuará a ser feito até que todas as estradas recebam a manutenção e as melhorias necessárias.

O objetivo desse trabalho sistemático que vem sendo realizado pela prefeitura é facilitar o escoamento de produtos agrícolas, além de garantir melhores condições de trafegabilidade de veículos e de máquinas agrícolas.

“A malha viária do município de Palmeira d'Oeste é extensa, mas felizmente, já conseguimos realizar inúmeras ações de reforma nos pontos em que estas foram necessárias. Sabemos que ainda há várias outras estradas que necessitam de melhorias e com a dedicação dos servidores municipais, vamos continuar empenhados em recuperar o maior número possível de estradas, dando continuidade a este trabalho que é de vital importância para os moradores da zona rural”, concluiu o prefeito Luciano Esparapani.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS

Praca da Bandeira 69  
45132719/0001-14

Ensino Exercício: 2015

Anexo IX

Período: 01/10/2015 até 31/12/2015

## Quadro Resumo da Aplicação Em Educação

### Receitas e Aplicações Mínimas

RECEITAS DE IMPOSTOS	Valor	FUNDEF	Valor
Impostos Próprios	237.886,79	Saldo de Exer. Anteriores	0,00
Transferências Constitucionais	9.236.728,71	Aplicações Financeiras	0,00
Total da Receita de Impostos	9.474.615,50	Total do FUNDEF	0,00
<b>CONSTITUIÇÃO FEDERAL</b>			
Aplicação mínima de 25% das Receitas de Impostos, conforme artigo 212	2.368.653,88	LEI Nº 9424, de 24/12/96	0,00
<b>FUNDEF</b>			
Transferências do Exercício	794.546,42	Magistério - mínimo de 60%	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	Total - 100% dos recursos	0,00
Total do FUNDEF	794.546,42	<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	
<b>LEI Nº 11.494, DE 20/06/07</b>			
Magistério - art.22 - mínimo 60%	476.727,85	Recebidos no Exercício	307.369,03
Aplicação total - art.21, §2º - mínima de 95%	754.819,10	Saldo de Exer. Anteriores	13.616,51
Total de Rec. Vinculados			
APLICAÇÃO TOTAL DE 100% Eventual saldo não aplicado deverá ser aplicado no exercício seguinte			

Recursos Próprios - Ed. Básica	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Recursos Próprios - Ed. Básica	3.161.435,39	33,37 %	3.011.722,08	31,79 %	2.937.250,54	31,00 %
<b>FUNDEF</b>						
Magistério	730.118,15	91,89 %	730.118,15	91,89 %	730.118,15	91,89 %
Outras	52.156,27	6,56 %	52.156,27	6,56 %	52.156,27	6,56 %
Total	782.274,42	98,46 %	782.274,42	98,46 %	782.274,42	98,46 %
<b>FUNDEF EXERC. ANTERIORES</b>						
Magistério	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Total	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
<b>OUTRAS VINCULAÇÕES</b>						
OUTRAS VINCULAÇÕES	481.608,44	150,04 %	332.708,44	103,65 %	319.876,97	99,65 %

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS 2015 - Janeiro - Dezembro

RREO - ANEXO I (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RS 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	0,00	103.810,00	-103.810,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	61.310,00	-61.310,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	42.500,00	-42.500,00

RECEITAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS ATIVOS(II)	0,00	49.051,49	49.051,49	49.051,49	0,00	0,00	-49.051,49
Investimentos	0,00	49.051,49	49.051,49	49.051,49	0,00	0,00	-49.051,49
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	2014 (h)	2015 (i)=(Ib)-(Ie)+(If)	SALDO ATUAL (j)=(IIIh)+(IIIi)
VALOR(III)	2.517,06	54.758,51	57.275,57

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS  
Praca da Bandeira 69  
45132719/0001-14



Anexo V

Período: 01/09/2015 até 31/12/2015

Saúde Exercício: 2015

## Aplicações dos Recursos Próprios em Saúde

RECEITAS DE IMPOSTOS	Previsão Atualizada até o Período	Arrecadação até o Período	APLICAÇÃO MINIMA CONSTITUCIONAL		Despesa Empenhada (até o Período)	Despesa Liquidada (até o Período)	Despesa Paga (até o Período)
			Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)			
Próprios	237.900,00	237.886,79	1.398.885,00	1.421.192,32			
Transferências da União	6.892.000,00	7.035.661,32					
Transferências do Estado	2.196.000,00	2.201.067,39					
Total	9.325.900,00	9.474.615,50					

DESPESAS COM RECURSOS DA SAUDE	Dotação Atualizada (para o Exercício)	Despesa Empenhada (até o Período)	Despesa Liquidada (até o Período)	Despesa Paga (até o Período)		
					Valor	%
DESP. TOTAL C/ REC. PRÓPRIOS	2.167.114,00	23,24 %	2.044.833,50	21,58 %	1.906.412,26	20,12 %
DEDUÇÕES						
(-) Despesas com Aposentadorias - (3190.01)	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
(-) Despesas com Pensões - (3190.03)	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
DESPESA LIQUIDA DA SAUDE	2.044.833,50	21,58 %	2.020.853,54	21,33 %	1.906.412,26	20,12 %

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

### ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE: Novembro - Dezembro

2 of 3

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "j", "e" e "f" do inciso II e § 1º)

RS 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO A REALIZAR (a-c)
			BIMESTRE (b)	% (b/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	11.318.700,00	11.318.700,00	2.814.511,04	24,87 %	11.945.344,25
DEFEÍCIT (VI)					-626.644,25
TOTAL (VII) = (V+VI)	11.318.700,00	11.318.700,00	2.814.511,04	24,87 %	11.318.700,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS Superávit Financeiro)	0,00	0,00	818.000,00		818.000,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00		0,00







**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINOPOLIS**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERIODO: 2014 a 2088**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)					RS 1
EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA	DESPESA PREVIDENCIÁRIA	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	(d) = ("d" exercício anterior) + (c)
	(a)	(b)	(c) = (a-b)		
2014	RS 903.462,96	RS 658.829,47	RS 244.633,49	RS 0,00	
2015	RS 858.056,81	RS 665.417,76	RS 192.639,05	RS 192.639,05	
2016	RS 806.861,82	RS 690.941,31	RS 115.920,51	RS 308.559,56	
2017	RS 758.721,32	RS 716.720,10	RS 42.001,22	RS 350.560,78	
2018	RS 713.453,08	RS 780.495,41	-RS 67.042,33	RS 283.518,45	
2019	RS 670.885,71	RS 788.300,36	-RS 117.414,65	RS 166.103,80	
2020	RS 630.858,07	RS 890.530,21	-RS 259.672,14	-RS 93.568,34	
2021	RS 593.218,64	RS 956.043,63	-RS 362.824,99	-RS 456.393,33	
2022	RS 557.824,92	RS 965.604,06	-RS 407.779,14	-RS 864.172,47	
2023	RS 524.542,93	RS 1.069.606,95	-RS 545.064,02	-RS 1.409.236,49	
2024	RS 493.246,67	RS 1.136.911,13	-RS 643.664,46	-RS 2.052.900,95	
2025	RS 463.817,67	RS 1.186.018,98	-RS 722.201,31	-RS 2.775.102,26	
2026	RS 536.144,51	RS 1.348.834,13	-RS 812.689,62	-RS 3.587.791,88	
2027	RS 410.122,45	RS 1.456.669,33	-RS 1.046.546,88	-RS 4.634.338,76	
2028	RS 385.652,96	RS 1.584.452,24	-RS 1.198.799,28	-RS 5.833.138,04	
2029	RS 362.643,41	RS 1.770.121,09	-RS 1.407.477,68	-RS 7.240.615,72	
2030	RS 341.006,70	RS 1.882.169,15	-RS 1.541.162,45	-RS 8.781.778,17	
2031	RS 320.660,92	RS 2.014.217,06	-RS 1.693.556,14	-RS 10.475.334,31	
2032	RS 301.529,05	RS 2.185.304,09	-RS 1.883.775,04	-RS 12.359.109,35	
2033	RS 241.223,24	RS 2.376.981,46	-RS 2.135.758,22	-RS 14.494.867,57	
2034	RS 192.978,59	RS 2.513.967,50	-RS 2.320.988,91	-RS 16.815.856,48	
2035	RS 154.382,88	RS 2.765.539,61	-RS 2.611.156,73	-RS 19.427.013,21	
2036	RS 123.506,30	RS 2.830.933,75	-RS 2.707.427,45	-RS 22.134.440,66	
2037	RS 98.805,04	RS 2.991.328,68	-RS 2.892.523,64	-RS 25.026.964,30	
2038	RS 79.044,03	RS 3.191.066,29	-RS 3.112.022,26	-RS 28.138.986,56	
2039	RS 63.235,23	RS 3.355.062,55	-RS 3.291.827,32	-RS 31.430.813,88	
2040	RS 50.588,18	RS 3.426.351,91	-RS 3.375.763,73	-RS 34.806.577,61	
2041	RS 40.470,54	RS 3.554.962,28	-RS 3.514.491,74	-RS 38.321.069,35	
2042	RS 32.376,44	RS 3.703.728,13	-RS 3.671.351,69	-RS 41.992.421,04	
2043	RS 25.901,15	RS 3.759.634,78	-RS 3.733.733,63	-RS 45.726.154,67	
2044	RS 20.720,92	RS 3.816.100,49	-RS 3.795.379,57	-RS 49.521.534,24	
2045	RS 16.576,74	RS 3.910.869,61	-RS 3.894.292,87	-RS 53.415.827,11	
2046	RS 13.261,39	RS 4.044.325,16	-RS 4.031.063,77	-RS 57.446.890,88	
2047	RS 10.609,11	RS 4.141.376,52	-RS 4.130.767,41	-RS 61.577.658,29	
2048	RS 8.487,29	RS 4.239.398,39	-RS 4.230.911,10	-RS 65.808.569,39	
2049	RS 6.789,83	RS 4.300.661,75	-RS 4.293.871,92	-RS 70.102.441,31	
2050	RS 5.431,86	RS 4.362.537,73	-RS 4.357.105,87	-RS 74.459.547,18	
2051	RS 0,00	RS 4.425.032,48	-RS 4.425.032,48	-RS 78.884.579,66	
2052	RS 0,00	RS 4.525.890,92	-RS 4.525.890,92	-RS 83.410.470,58	
2053	RS 0,00	RS 4.590.019,19	-RS 4.590.019,19	-RS 88.000.489,77	
2054	RS 0,00	RS 4.635.919,39	-RS 4.635.919,39	-RS 92.636.409,16	
2055	RS 0,00	RS 4.701.147,95	-RS 4.701.147,95	-RS 97.337.557,11	
2056	RS 0,00	RS 4.785.898,17	-RS 4.785.898,17	-RS 102.123.455,28	
2057	RS 0,00	RS 4.871.495,89	-RS 4.871.495,89	-RS 106.994.951,17	
2058	RS 0,00	RS 4.976.818,96	-RS 4.976.818,96	-RS 111.971.770,13	
2059	RS 0,00	RS 5.064.325,89	-RS 5.064.325,89	-RS 117.036.096,02	
2060	RS 0,00	RS 5.133.838,52	-RS 5.133.838,52	-RS 122.169.934,54	
2061	RS 0,00	RS 5.222.915,64	-RS 5.222.915,64	-RS 127.392.850,18	
2062	RS 0,00	RS 5.275.144,80	-RS 5.275.144,80	-RS 132.667.994,98	
2063	RS 0,00	RS 5.327.896,25	-RS 5.327.896,25	-RS 137.995.891,23	
2064	RS 0,00	RS 4.901.664,55	-RS 4.901.664,55	-RS 142.897.555,78	
2065	RS 0,00	RS 4.509.531,38	-RS 4.509.531,38	-RS 147.407.087,16	
2066	RS 0,00	RS 4.148.768,87	-RS 4.148.768,87	-RS 151.555.856,03	
2067	RS 0,00	RS 3.816.867,36	-RS 3.816.867,36	-RS 155.372.723,39	

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.14.1630], PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINOPOLIS, Data/hora da emissão: 27/jan/2016 15h e 57m\* Portaria Nº 553 de 2014

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em 27/01/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINOPOLIS**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS**  
**DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS**  
**PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro**

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)					RS 1
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	886.000,00	886.000,00	998.121,04	858.560,47	
RECEITAS CORRENTES	886.000,00	886.000,00	998.121,04	858.560,47	
Recursos de Contribuição dos Segurados	461.000,00	461.000,00	382.061,52	417.526,59	
Pessoal Civil	461.000,00	461.000,00	382.061,52	417.526,59	
Ativo	461.000,00	461.000,00	382.061,52	417.526,59	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Patrimoniais	414.000,00	414.000,00	565.324,85	404.148,00	
Recursos Imobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Valores Mobiliários	414.000,00	414.000,00	565.324,85	404.148,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	11.000,00	11.000,00	50.714,67	36.885,88	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	10.000,00	10.000,00	11.582,62	5.410,73	
Demais Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00	39.132,05	31.475,15	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	570.000,00	570.000,00	485.248,91	641.146,21	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I+II)	1.456.000,00	1.456.000,00	1.483.369,95	1.499.706,68	

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINOPOLIS**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERIODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro**

RREO – ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)					RS 1
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
		Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	10.870.700,00	10.669.249,85	10.598.965,84		
Recursos Tributários	289.400,00	304.043,99	269.978,62		
IPFU	60.000,00	57.956,63	55.370,15		
ISS	37.000,00	39.779,29	37.414,11		
ITBI	55.000,00	27.104,97	47.033,31		
IRRF	48.600,00	89.918,65	70.706,66		
Taxas	28.800,00	31.330,37	26.095,57		
Contribuição de Melhoria	40.000,00	57.959,88	44.256,02		
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Contribuições	1.031.000,00	1.067.310,43	1.058.672,80		
Recursos Previdenciários	1.031.000,00	1.067.310,43	1.058.672,80		
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00		
Recursos Patrimoniais	42.000,00	36.531,99	42.346,78		
Recursos Patrimoniais	42.000,00	36.531,99	42.346,78		
(+Aplicações Financeiras)	448.000,00	703.443,20	480.590,44		
Transferências Correntes	9.455.800,00	9.299.535,10	9.132.225,41		
LC 41/09	12.800,00	12.552,42	12.419,95		
LC 87/96	7.200,00	7.937,15	7.690,92		
Convênios	62.000,00	43.855,94	118.779,06		
FTM	5.500.000,00	5.070.581,59	5.009.497,97		
ICMS	1.600.000,00	1.593.381,08	1.523.021,34		
IPVA	144.000,00	154.785,35	147.921,51		
ITR	18.400,00	23.976,85	22.591,77		
Outras Transferências Correntes	2.071.400,00	1.743.489,72	2.243.406,89		
Demais Receitas Correntes	25.000,00	25.000,00	26.784,83		
Divida Ativa	12.000,00	14.515,04	13.651,62		
Demais Receitas Correntes	40.500,00	136.314,50	79.991,81		
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	1.888.181,38		
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimo (IV)	0,00	0,00	0,00		
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Capital	0,00	528.842,00	1.860.288,38		
Convênios	0,00	0,00	0,00		
Outras Transferências de Capital	0,00	528.842,00	1.860.288,38		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II+III+IV+V)	0,00	0,00	2.835,580		
TOTAL DAS RECEITAS PRIMÁRIAS (VII) = (I+VI)	10.870.700,00	11.138.091,85	12.484.570,42		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINOPOLIS**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JAN/2015 A DEZ/2015**

RREO – ANEXO 3 (LRF, art. 53, inciso I)												RS 1	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES											TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JAN/2015	FEV/2015	MAR/2015	ABR/2015	MAI/2015	JUN/2015	JUL/2015	AGO/2015	SET/2015	OCT/2015	NOV/2015		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.205.922,85	1.029.637,76	1.110.040,52	997.041,35	1.102.275,49	1.049.178,44	937.226,03	953.550,59	991.620,80	948.476,59	952.744,62	1.226.069,57	12.514.300,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.113,92	15.382,52	30.842,74	50.201,71	24.155,85	25.364,32	23.738,28	24.743,86	20.288,58	17.529,33	27.697,25	29.855,53	289.400,00
IPFU	52,40	355,06	10.611,59	21.284,85	5.755,55	5.496,80	4.655,69	3.981,07	3.748,78	475,16	97,68	1.496,00	60.000,00
ISS	226,33	1.955,50	1.732,50	2.170,25	3.160,26	1.949,93	3.551,17	4.929,59	2.846,47	3.406,47	9.278,12	39.792,28	37.000,00
ITBI	19,32	311,03	500,00	0,00	1.590,00	1.300,00	2.720,00	1.110,00	6.120,00	11.374,62	0,00	27.104,97	55.000,00
IRRF	7.620,59	8.165,64	8.845,08	8.752,37	6.511,15	6.881,41	6.726,27	6.412,51	7.523,03	3.029,50	6.881,49	12.769,81	68.600,00
Outras receitas Tributárias	4.185,28	4.955,29	9.153,57	16.424,14	8.768,89	8.176,18	7.505,25	6.700,69	6.344,17	5.936,99	6.441,60	89.220,55	68.800,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	751,78	36.262,93	34.778,82	33.549,84	33.841,89	35.801,03	33.646,52	33.516,00	32.133,88	34.837,65	33.187,63	36.673,55	461.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	62.590,04	45.837,69	56.726,43	55.373,55	57.788,59	58.738,24	72.780,89	63.249,93	60.646,75	72.473,80	63.889,93	70.099,25	490.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇO	0,00	0,00	2.270,00	10.000,00</									



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE

### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

##### ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

1 de 3

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RS 1

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS						SALDO A REALIZAR
	INICIAL	ATUALIZADA	BIMESTRE		JAN A DEZ 2015		%		
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)			
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	22.562.000,00	22.562.000,00	4.024.321,43	17,84	21.187.366,58	93,91	1.374.633,42		
RECEITAS CORRENTES	21.566.000,00	21.566.000,00	3.641.239,88	16,88	20.311.214,38	94,18	1.254.785,62		
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.922.000,00	1.922.000,00	193.692,00	10,08	1.675.095,79	87,15	246.904,21		
Impostos	1.455.000,00	1.455.000,00	165.291,40	11,36	1.211.730,32	83,28	243.269,68		
Taxas	466.000,00	466.000,00	28.400,60	6,09	463.365,47	99,43	2.634,53		
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	556.000,00	556.000,00	160.284,21	28,83	610.236,76	109,75	-54.236,76		
Contribuições Sociais	556.000,00	556.000,00	160.284,21	28,83	610.236,76	109,75	-54.236,76		
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA PATRIMONIAL	700.000,00	700.000,00	414.536,58	59,22	1.176.444,66	168,06	-476.444,66		
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	130.000,00	130.000,00	12.828,70	9,87	72.662,60	55,89	57.337,40		
Recetas de Valores Mobiliários	569.000,00	569.000,00	401.707,88	70,60	1.103.782,06	193,99	-534.782,06		
Recetas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Compensação Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Recetas Patrimoniais	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Recetas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Recetas da Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	58.000,00	58.000,00	8.000,00	13,79	87.275,00	150,47	-29.275,00		
Receita de Serviços	58.000,00	58.000,00	8.000,00	13,79	87.275,00	150,47	-29.275,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.106.000,00	18.106.000,00	2.834.960,77	15,66	16.589.812,51	91,63	1.516.187,49		
Transferências Intergovernamentais	18.003.000,00	18.003.000,00	2.834.960,77	15,75	16.589.812,51	92,15	1.413.187,49		
Transferências de Instituições Privadas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00		
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Convênios	102.000,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00		
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	224.000,00	224.000,00	29.766,32	13,29	172.349,66	76,94	51.650,34		
Multas e Juros de Mora	96.000,00	96.000,00	4.745,68	4,94	33.682,96	35,09	62.317,04		
Indenizações e Restituições	26.000,00	26.000,00	21.029,29	80,88	77.130,95	296,66	-51.130,95		
Receita da Dívida Ativa	101.000,00	101.000,00	3.991,35	3,95	56.026,33	55,47	44.973,67		
Recetas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortiza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recetas Correntes Diversas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	5.509,42	550,94	-4.509,42		
RECEITAS DE CAPITAL	996.000,00	996.000,00	383.081,55	38,46	876.152,20	87,97	119.847,80		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00		
Operações de Crédito Internas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	825.000,00	825.000,00	81.000,00	9,82	81.000,00	9,82	744.000,00		
Alienação de Bens Móveis	180.000,00	180.000,00	81.000,00	45,00	81.000,00	45,00	99.000,00		
Alienação de Bens Imóveis	645.000,00	645.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	645.000,00		
ARMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	90.000,00	90.000,00	246.831,06	274,26	685.756,91	761,95	-595.756,91		
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferência de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Convênios	90.000,00	90.000,00	246.831,06	274,26	685.756,91	761,95	-595.756,91		
Transferência para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	80.000,00	80.000,00	55.250,49	69,06	109.395,29	136,74	-29.395,29		
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recetas de Capital Diversas	80.000,00	80.000,00	55.250,49	69,06	109.395,29	136,74	-29.395,29		
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	1.031.000,00	1.031.000,00	330.390,89	32,05	1.200.640,33	116,45	-169.640,33		
Receita de Contribuições	1.031.000,00	1.031.000,00	330.390,89	32,05	1.200.640,33	116,45	-169.640,33		
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	23.593.000,00	23.593.000,00	4.354.712,32	18,46	22.388.006,91	94,89	1.204.993,09		

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE

### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

##### ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

2 de 3

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RS 1

RECEITAS	PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS						SALDO A REALIZAR
	INICIAL	ATUALIZADA	BIMESTRE		JAN A DEZ 2015		%		
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	23.593.000,00	23.593.000,00	4.354.712,32	18,46	22.388.006,91	94,89	1.204.993,09		
DÉFICIT (VI)					1.072.900,79				
TOTAL (VII) = (V+VI)	23.593.000,00	23.593.000,00	4.354.712,32	18,46	23.460.907,70	99,44	1.204.993,09		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS)					0,00				
Superávit Financeiro					0,00				
Reabertura de Créditos Adicionais					0,00				

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE

### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

##### ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

3 de 3

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RS 1

DESPESAS	DOTAÇÃO		DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(f-e)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>6</sup> (j)
	INICIAL	ATUALIZADA	BIMESTRE	JAN A DEZ 2015		BIMESTRE	JAN A DEZ 2015			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	22.110.000,00	24.769.420,00	2.162.797,59	22.169.585,17	2.599.834,83	4.239.593,16	20.428.087,30	4.331.332,70	19.259.210,11	1.731.497,87
DESPESAS CORRENTES	21.097.000,00	21.773.070,00	1.865.286,49	20.571.250,61	1.201.819,39	4.127.855,40	19.748.685,61	2.404.284,39	18.681.701,43	822.565,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.104.000,00	11.328.700,00	1.929.526,32	11.136.003,83	192.696,17	1.929.526,32	11.136.003,83	192.696,17	10.721.557,28	0,00
JURIS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.993.000,00	10.444.370,00	442.259,83	9.435.246,78	1.009.123,22	2.198.329,08	8.612.681,78	1.831.688,22	7.960.144,15	822.965,00
DESPESAS DE CAPITAL	623.000,00	2.749.350,00	297.511,10	1.598.334,56	1.151.015,44	1.111.739,76	689.401,69	2.059.948,31	677.501,70	908.932,87
INVESTIMENTOS	422.000,00	2.529.350,00	260.609,94	1.379.428,57	1.149.921,63	74.889,60	470.495,50	2.058.854,50	458.595,51	908.932,87
INVERSIÕES FINANCEIRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	219.000,00	36.850,16	218.906,19	93,81	36.850,16	218.906,19	93,81	218.906,19	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	150.000,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00
DESPESAS										



 <b>PREFEITURA MUNICIPAL PALMEIRA D'OESTE</b> AV. DR. FRANCISCO FÉLIX DE MENDONÇA, 4955 46609731/0001-30 Ensino Exercício: 2015			Anexo VI
			Período: 01/10/2015 até 31/12/2015

Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino				RS 1			
RECEITAS DE IMPOSTOS				APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL			
	Previsão Atualizada	Aprovação até o Período	Prev. Atualizada (no Exer)	Até Período (Anec.)			
	1.612.000,00	1.263.762,63	3.828.000,00	3.757.219,00			
Próprios	1.612.000,00	1.263.762,63					
Transferências da União	7.250.000,00	7.056.626,14					
Transferências do Estado	6.450.000,00	6.708.488,83					
Subtotal	15.312.000,00	15.028.877,60					
Retenções no FUNDEB	2.739.000,00	2.680.405,96					
Receitas Líquidas	12.573.000,00	12.348.471,64					

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO				RS 1				
	Dotação Atualizada (para o Exercício)	Despesa Empenhada (até o Período)	Despesa Liquidada (até o Período)	Despesa Paga (até o Período)				
	Valor %	Valor %	Valor %	Valor %				
<b>DESPESAS TOTAIS</b>								
<b>TOTAL</b>	<b>5.361.150,00</b>	<b>35,01 %</b>	<b>4.651.566,24</b>	<b>30,96 %</b>	<b>4.651.566,24</b>	<b>30,96 %</b>	<b>4.428.892,76</b>	<b>29,48 %</b>
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>603.600,00</b>	<b>3,94 %</b>	<b>531.768,72</b>	<b>3,54 %</b>	<b>531.768,72</b>	<b>3,54 %</b>	<b>457.877,67</b>	<b>3,05 %</b>
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>2.018.550,00</b>	<b>13,18 %</b>	<b>1.439.391,56</b>	<b>9,58 %</b>	<b>1.439.391,56</b>	<b>9,58 %</b>	<b>1.290.609,13</b>	<b>8,59 %</b>
<b>RETENÇÃO AO FUNDEB</b>	<b>2.739.000,00</b>	<b>17,89 %</b>	<b>2.680.405,96</b>	<b>17,84 %</b>	<b>2.680.405,96</b>	<b>17,84 %</b>	<b>2.680.405,96</b>	<b>17,84 %</b>

DEDUÇÕES							
TOTAL	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
ENSINO INFANTIL	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00
RETENÇÃO AO FUNDEB	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00

DESPESAS LÍQUIDAS							
TOTAL	4.651.566,24	30,96 %	4.651.566,24	30,96 %	4.428.892,76	29,48 %	
EDUCAÇÃO INFANTIL	531.768,72	3,54 %	531.768,72	3,54 %	457.877,67	3,05 %	
ENSINO FUNDAMENTAL	1.439.391,56	9,58 %	1.439.391,56	9,58 %	1.290.609,13	8,59 %	
RETENÇÃO AO FUNDEB	2.680.405,96	17,84 %	2.680.405,96	17,84 %	2.680.405,96	17,84 %	

Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino - (Layout de acordo com Quadro 6 - AUEESP) - Planilha - Versão 20.05.2015)

Página 1 de 1

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

#### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

#### ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				DESPESAS EXECUTADAS				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%	SALDO	BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%	SALDO	

FUNTE: SCP - Contabilidade [8.21.14.1626] PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE, Data hora da emissão: 23/jan/2016 09h e 05m\*

Portaria Nº 553 de 2014

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

#### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

#### ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				DESPESAS EXECUTADAS				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%	SALDO	BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%	SALDO	

FUNTE: SCP - Contabilidade [8.21.14.1626] PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE, Data hora da emissão: 23/jan/2016 09h e 05m\*

Portaria Nº 553 de 2014

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

#### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

#### ORÇAMENTOS FISCALIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				DESPESAS EXECUTADAS				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%	SALDO	BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%	SALDO	

FUNTE: SCP - Contabilidade [8.21.14.1626] PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE, Data hora da emissão: 23/jan/2016 09h e 05m\*

Portaria Nº 553 de 2014

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

#### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

#### ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### JAN/2015 A DEZ/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JAN/2015	FEV/2015	MAR/2015	ABR/2015	MAI/2015	JUN/2015	JUL/2015	AGO/2015	SET/2015	OCT/2015	NOV/2015	DEZ/2015		

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

#### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

#### ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 1 de 2

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014

FUNTE: SCP - Contabilidade [8.21.14.1626] PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE, Data hora da emissão: 23/jan/2016 09h e 11m\*

Portaria Nº 553 de 2014

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

#### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

#### ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 2 de 2

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LÍQUIDAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014	Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014	Em 2015	Em 2014

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS

VALOR

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

#### DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

#### ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				Saldo Total (b)
	Inscritos Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014	Pagos	Cancelados	Inscritos Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2014	Liquidados	Pagos	

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

#### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

#### ORÇAMENTOS FISCALIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		SALDO NÃO REALIZADO
		Até o Bimestre	REALIZADO	

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO

Resultado para apuração da Regra de Ouro (III) = (I - II) &lt;(a-d)&gt;

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D'OESTE

#### ORÇAMENTOS FISCALIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

#### RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

#### DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

#### 2015 - Janeiro - Dezembro

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS EXERCÍCIO	SALDO A REALIZAR

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXERCÍCIO	SALDO A EXECUTAR

Nota: Durante o exercício, somente as despesas líquidas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas líquidas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Referência: Novembro - Dezembro/2015

RRRO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RS 1

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM
	INICIAL	ATUALIZADA	Jan a Dez 2015 (1)	% (Total) x 100	Jan a Dez 2015 (m)	% (m/total) x 100	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Atenção Básica	3.629.000,00	4.075.700,00	3.645.304,56	64,87	3.645.304,56	64,87	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.953.000,00	1.927.200,00	1.921.563,82	34,20	1.921.563,82	34,20	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	70.000,00	78.000,00	52.391,88	0,93	52.391,88	0,93	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções(inclui contr. Patronal)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.670.000,00	6.080.900,00	5.619.260,26	100,00	5.619.260,26	100,00	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.  
2) O valor apresentado na interseção com a coluna "1" ou com a coluna "b" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total".  
3) O valor apresentado na interseção com a coluna "c" ou com a coluna "b" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total".  
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.  
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.  
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula (Vb/1) x (15 x IIIb)/100.  
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Referência: Novembro - Dezembro/2015

RRRO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RS 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Jan a Dez 2015 (a)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.612.000,00	1.612.000,00	1.263.762,63	78,40
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	460.000,00	460.000,00	315.571,79	68,60
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	675.000,00	675.000,00	376.355,82	55,76
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	250.000,00	250.000,00	414.260,95	165,70
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	70.000,00	70.000,00	105.541,76	150,77
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.000,00	2.000,00	2.648,46	132,42
Dívida Ativa dos Impostos	70.000,00	70.000,00	22.770,62	32,53
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	85.000,00	85.000,00	26.613,23	31,31
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.695.000,00	13.695.000,00	13.396.094,26	97,82
Cota-Parte do FPM	7.200.000,00	7.200.000,00	6.559.515,74	91,10
Cota-Parte do ITR	15.000,00	15.000,00	100.872,03	672,48
Cota-Parte do IPVA	900.000,00	900.000,00	1.083.171,07	120,35
Cota-Parte do ICMS	5.500.000,00	5.500.000,00	5.581.040,94	101,47
Cota-Parte IPI-Exportação	50.000,00	50.000,00	44.276,82	88,55
Compensação Financeira Provenientes de Impostos e Transf. Constitucionais	30.000,00	30.000,00	27.217,66	90,73
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	27.217,66	90,73
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I-II	15.307.000,00	15.307.000,00	14.659.856,89	95,77

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS	
	INICIAL	ATUALIZADA	Jan a Dez 2015 (c)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.476.000,00	2.476.000,00	1.906.036,82	76,98
Provenientes da União	2.385.000,00	2.385.000,00	1.780.765,43	74,67
Provenientes dos Estados	35.000,00	35.000,00	18.104,45	51,73
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	56.000,00	56.000,00	107.166,94	191,37
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	61.000,00	61.000,00	1.500,00	2,46
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.627.000,00	2.627.000,00	1.907.536,82	72,61

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EXECUTADAS		%
	INICIAL	ATUALIZADA (c)	LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
DESPESAS CORRENTE	5.596.000,00	6.053.900,00	5.595.882,50	0,00	92,43
Pessoal e Encargos Sociais (inclui Patronal)	2.541.000,00	2.511.500,00	2.486.583,91	0,00	99,01
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.055.000,00	3.542.400,00	3.109.298,59	0,00	87,77
DESPESAS DE CAPITAL	74.000,00	27.000,00	23.377,76	0,00	86,58
Investimentos	74.000,00	27.000,00	23.377,76	0,00	86,58
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.670.000,00	6.080.900,00	5.619.260,26	0,00	92,41

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Referência: Novembro - Dezembro/2015

RRRO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RS 1

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	INICIAL	ATUALIZADA	Jan a Dez 2015 (h)	% (h/IVf) x 100	Jan a Dez 2015 (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV-V) 0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIb / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 38,33

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIb - (15 x IIIb)/100] 3.420.281,73

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2014	358.022,26	4.384,07	282.636,68	71.001,51	0,00
Total	358.022,26	4.384,07	282.636,68	71.001,51	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Resto (VIII)	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26

Diferença de limites não cumprido em ...	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2015

3 de 3

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO INSCRITOS POR INDISTÍNCIA FINANCEIRA	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (Não Inscritos por Indistínciã Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (e)		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES						
RECURSOS NÃO VINCULADOS						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	5.915.388,67	0,00	0,00	0,00	5.915.388,67	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	5.915.388,67	0,00	0,00	0,00	5.915.388,67	0,00

\* Relatório agrupado por código de aplicação (grupo código)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

1 de 3

RRRO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.069.000,00	1.069.000,00	1.338.219,65	1.111.614,62
RECEITAS CORRENTES	1.069.000,00	1.069.000,00	1.338.219,65	1.111.614,62
Recotas de Contribuição dos Segurados	552.000,00	552.000,00	606.283,61	619.537,45
Pessoal Civil	552.000,00	552.000,00	606.283,61	619.537,45
Ativo	551.000,00	551.000,00	606.283,61	619.537,45
Inativo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recota Patrimonial	512.000,00	512.000,00	731.936,04	491.313,00
Recotas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recotas de Valores Mobiliários	512.000,00	512.000,00	731.936,04	491.313,00
Outras Recotas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recotas de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recotas Correntes	5.000,00	5.000,00	764,17	764,17
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Demais Recotas Correntes	2.000,00	2.000,00	0,00	764,17
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Emprestimo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recotas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.031.000,00	1.031.000,00	1.200.640,33	1.205.384,38
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I+II)	2.100.000,00	2.100.000,00	2.538.859,98	2.316.998,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

2 de 3

RRRO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014	Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.949.000,00	2.092.000,00	2.045.221,37	1.749.631,97	2.045.221,37	1.749.631,97	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	146.000,00	146.000,00	115.236,66	122.285,59	115.236,66	122.285,59	0,00	0,00
Despesas Correntes	143.000,00	143.000,00	113.891,66	122.285,59	113.891,66	122.285,59	0,00	0,00
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	1.865,00	0,00	1.865,00	0,00	0,00	0,00
PREFIDÊNCIA	1.803.000,00	1.946.000,00	1.929.864,71	1.627.346,38	1.929.864,71	1.627.346,38	0,00	0,00
Pessoal Civil	1.803.000,00	1.946.000,00	1.929.864,71	1.627.346,38	1.929.864,71	1.627.346,38	0,00	0,00
Ativos	1.260.000,00	1.390.000,00	1.385.302,91	1.150.681,16	1.385.302,91	1.150.681,16	0,00	0,00
Pensionistas	430.000,00	440.000,00	436.317,46	384.336,43	436.317,46	384.336,43	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	113.000,00	116.000,00	108.244,34	92.328,79	108.244,34	92.328,79	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV								



**PALMEIRA D OESTE - PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 PERÍODO: Jan/2015 a Dez/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS	
	Jan/2015 a Dez/2015	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.292.042,16	0,00
Pessoal Ativo	8.968.617,45	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.970.405,21	0,00
Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (PASEP)	1.353.019,50	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)(II)	1.929.864,71	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.929.864,71	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	10.362.177,45	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	19.991.853,79	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)	10.362.177,45	51,83
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.795.601,05	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	10.255.820,99	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	9.716.040,94	48,60

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

Observação para AUDESP.

Apuração da Dedução da Despesa com Inativo: Considerar o Valor da Despesa até o Limite da Receita Vinculada ao RPPS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 PERÍODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "e")

RS 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.991.853,79	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00
Do Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE IV = (I+II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTER	3.198.696,61	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art.59 da LRF)	2.878.826,95	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECE	1.399.429,77	7,00
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO IV = (IV + IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO**  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 1 de 2

RREO – ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

RS 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES ( I )	10.427.470,00	11.150.028,06	10.941.981,25
Recarga Tributária	471.030,00	353.500,01	599.720,90
IPTU	62.500,00	103.339,50	57.499,46
ISS	62.500,00	52.025,74	64.981,32
ITBI	166.370,00	49.620,29	303.960,34
IRRF	115.500,00	113.985,06	117.106,83
Taxas	64.160,00	34.529,42	56.172,95
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições	1.138.000,00	1.207.674,23	1.031.388,52
Recargas Previdenciárias	1.078.000,00	1.130.595,46	964.673,37
Outras Receitas de Contribuições	60.000,00	77.078,77	66.715,15
Recarga Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	566.900,00	745.329,99	563.155,49
(-)Aplicações Financeiras	566.900,00	745.329,99	563.155,49
Transferências Correntes	8.728.250,00	9.481.537,43	9.155.860,81
LC 61/89	13.600,00	14.545,25	14.020,88
LC 87/96	8.000,00	8.946,36	8.465,28
Convênios	155.250,00	187.242,01	199.317,51
FPM	5.410.000,00	5.670.581,59	5.455.543,92
ICMS	1.677.600,00	1.832.432,90	1.685.763,27
IPVA	178.400,00	205.772,81	175.030,24
ITR	4.000,00	17.306,05	16.757,33
Outras Transferências Correntes	1.281.400,00	1.544.710,46	1.600.962,38
Demais Receitas Correntes	90.190,00	107.316,39	155.011,02
Dívida Ativa	20.190,00	24.817,74	28.132,19
Diversas Receitas Correntes	70.000,00	82.498,65	126.878,83
RECEITAS DE CAPITAL ( II )	0,00	864.014,61	2.656.636,21
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	106.600,00
Transferências de Capital	0,00	864.014,61	2.550.036,21
Convênios	0,00	209.700,00	1.925.480,23
Outras Transferências de Capital	0,00	654.314,61	624.555,98
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (VI)=(II-III-IV-V)	0,00	864.014,61	2.550.036,21
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	10.427.470,00	12.014.042,67	13.492.017,46

**PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO**  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 2 de 2

RREO – ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014	Jan a Dez 2015	Jan a Dez 2014	
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.460.271,00	11.283.039,26	10.791.043,33	10.696.319,29	94.724,04	94.724,04
Pessoal e Encargos Sociais	6.806.466,00	6.679.859,16	6.061.576,13	6.061.576,13	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.653.805,00	4.603.180,10	4.729.467,20	4.599.720,49	4.634.743,16	3.489,61
DESPESAS DE CAPITAL (X)	11.864.466,00	11.864.466,00	11.864.466,00	11.864.466,00	1.118.530,07	1.118.530,07
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	814.572,90	789.826,33	2.783.125,92	1.664.575,85	1.664.575,84	223.525,84
Investimentos	749.318,90	724.172,50	2.729.791,89	500.646,66	1.611.241,82	1.118.530,07
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inverções Financeiras	65.254,00	65.254,00	53.331,00	65.254,00	53,33	0,00
DESPESAS PRIMARIAS DE CAPITAL (XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	749.318,90	724.172,50	2.729.791,89	500.646,66	1.611.241,82	223.525,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	425.000,00	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMARIAS TOTAL (XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	12.634.889,90	12.007.211,76	13.520.835,22	11.780.226,31	12.307.501,11	1.213.274,11
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX)=(VII-XVIII)	-	-	6.800,91	-38.817,76	233.816,36	1.184.456,35
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	970.669,38	0,00	970.669,38	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	-	-	-	-	-	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	-	-	-	-	-	-
VALOR	-	-	-	-	-	-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA D OESTE**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2015

2 de 3

RS 1

EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	RESTOS A PAGAR EMENHADOS E LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscricao em Restos a Pagar Não Processados) (I)=(a-(b+c+d+e))	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Liquidados de Exercícios Anteriores	DESPESAS NÃO LIQUIDADAS	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	RECURSOS NÃO VINCULADOS	TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	TOTAL (III) = (II-I)
0,00	942.602,04	-12.890,51	575.207,00	29.942,78	0,00	942.602,04	0,00	942.602,04	0,00
89.821,75	778.915,59	-534.840,97	639.450,18	0,00	0,00	778.915,59	0,00	778.915,59	0,00
-1.054,78	-72.481,48	-72.481,48	73.891,05	0,00	0,00	-72.481,48	0,00	-72.481,48	0,00
-5.316,57	0,00	-128.647,20	148.782,43	0,00	0,00	-128.647,20	0,00	-128.647,20	0,00
0,00	0,00	-800,00	800,00	0,00	0,00	-800,00	0,00	-800,00	0,00
0,00	0,00	-2.915,14	2.915,14	0,00	0,00	-2.915,14	0,00	-2.915,14	0,00
-1.977,69	0,00	-179.484,42	193.410,68	0,00	0,00	-179.484,42	0,00	-179.484,42	0,00
0,00	9.980,24	-40.519,81	40.526,12	0,00	0,00	9.980,24	0,00	9.980,24	0,00
81.472,71	788.895,83	-959.689,02	1.099.775,60	0,00	0,00	788.895,83	0,00	788.895,83	0,00
66.412,79	1.731.497,87	-972.579,53	1.129.718,38	0,00	0,00	1.731.497,87	0,00	1.731.497,87	0,00



**PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE**

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS EXECUTADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
Outros Encargos Especiais	40.950,00	56.972,00	19.700,06	56.968,07	0,47	3,93	19.700,06	56.968,07	0,48	3,93	0,00
Reserva de Contingência	435.000,00	425.000,00	0,00	0,00	0,00	425.000,00	0,00	0,00	425.000,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	435.000,00	425.000,00	0,00	0,00	0,00	425.000,00	0,00	0,00	425.000,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)</b>	<b>649.270,00</b>	<b>776.928,00</b>	<b>134.841,43</b>	<b>761.474,40</b>	<b>6,31</b>	<b>15.453,60</b>	<b>134.841,43</b>	<b>761.474,40</b>	<b>6,43</b>	<b>15.453,60</b>	<b>0,00</b>
Legislativa	42.000,00	42.000,00	5.127,41	26.564,26	0,22	15.435,74	5.127,41	26.564,26	0,22	15.435,74	0,00
Ação Legislativa	42.000,00	42.000,00	5.127,41	26.564,26	0,22	15.435,74	5.127,41	26.564,26	0,22	15.435,74	0,00
Administração	88.200,00	99.900,00	16.094,26	99.891,27	0,83	8,73	16.094,26	99.891,27	0,84	8,73	0,00
Administração Geral	88.200,00	99.900,00	16.094,26	99.891,27	0,83	8,73	16.094,26	99.891,27	0,84	8,73	0,00
Assistência Social	38.430,00	35.904,00	6.379,96	35.903,72	0,30	0,28	6.379,96	35.903,72	0,30	0,28	0,00
Assistência Comunitária	38.430,00	35.904,00	6.379,96	35.903,72	0,30	0,28	6.379,96	35.903,72	0,30	0,28	0,00
Saúde	153.090,00	190.139,00	36.746,89	190.135,87	1,57	3,13	36.746,89	190.135,87	1,61	3,13	0,00
Atenção Básica	135.975,00	172.954,00	33.698,62	172.952,58	1,43	1,42	33.698,62	172.952,58	1,46	1,42	0,00
Vigilância Sanitária	11.865,00	9.091,00	1.564,95	9.090,25	0,08	0,75	1.564,95	9.090,25	0,08	0,75	0,00
Vigilância Epidemiológica	5.250,00	8.094,00	1.483,32	8.093,04	0,07	0,96	1.483,32	8.093,04	0,07	0,96	0,00
Educação	126.315,00	165.094,00	28.015,13	165.091,42	1,37	2,58	28.015,13	165.091,42	1,39	2,58	0,00
Ensino Fundamental	31.500,00	50.447,00	9.282,33	50.446,09	0,42	0,91	9.282,33	50.446,09	0,43	0,91	0,00
Ensino Superior	6.510,00	6.417,00	1.004,16	6.416,47	0,05	0,53	1.004,16	6.416,47	0,05	0,53	0,00
Educação Infantil	88.305,00	108.230,00	17.728,64	108.228,86	0,90	1,14	17.728,64	108.228,86	0,91	1,14	0,00
Urbanismo	89.040,00	99.959,00	16.265,17	99.958,19	0,83	0,81	16.265,17	99.958,19	0,84	0,81	0,00
Infra-Estrutura Urbana	16.590,00	23.695,00	4.523,21	23.694,33	0,20	0,67	4.523,21	23.694,33	0,20	0,67	0,00
Serviços Urbanos	72.450,00	76.264,00	11.741,96	76.263,86	0,63	0,14	11.741,96	76.263,86	0,64	0,14	0,00
Agricultura	20.215,00	24.379,00	4.490,75	24.377,87	0,20	1,13	4.490,75	24.377,87	0,21	1,13	0,00
Promoção da Produção Vegetal	10.500,00	13.353,00	2.464,30	13.352,78	0,11	0,22	2.464,30	13.352,78	0,11	0,22	0,00
Abastecimento	9.715,00	11.026,00	2.026,45	11.025,09	0,09	0,91	2.026,45	11.025,09	0,09	0,91	0,00
Transporte	35.280,00	44.488,00	7.906,33	44.487,84	0,37	0,16	7.906,33	44.487,84	0,38	0,16	0,00
Transporte Rodoviário	35.280,00	44.488,00	7.906,33	44.487,84	0,37	0,16	7.906,33	44.487,84	0,38	0,16	0,00
Desporto e Lazer	9.450,00	9.811,00	1.985,85	9.810,13	0,08	0,87	1.985,85	9.810,13	0,08	0,87	0,00
Desporto de Rendimento	9.450,00	9.811,00	1.985,85	9.810,13	0,08	0,87	1.985,85	9.810,13	0,08	0,87	0,00
Encargos Especiais	47.250,00	65.254,00	11.829,68	65.253,83	0,54	0,17	11.829,68	65.253,83	0,55	0,17	0,00
Serviço da Dívida Interna	47.250,00	65.254,00	11.829,68	65.253,83	0,54	0,17	11.829,68	65.253,83	0,55	0,17	0,00
<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>10.994.370,00</b>	<b>12.699.843,90</b>	<b>1.565.288,60</b>	<b>12.072.465,59</b>	<b>100,00</b>	<b>627.378,31</b>	<b>2.072.887,55</b>	<b>11.845.480,14</b>	<b>100,00</b>	<b>854.363,76</b>	<b>226.985,45</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro**

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR	
			BIMESTRE	%	JAN A DEZ 2015			%
					(b)	(b/a)		
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	10.304.370,00	10.304.370,00	2.272.476,20	22,05	12.020.968,45	116,66	-1.716.598,45	
RECEITAS CORRENTES	10.304.370,00	10.304.370,00	2.187.331,59	21,23	11.156.953,84	108,27	-852.583,84	
RECEITA TRIBUTÁRIA	471.030,00	471.030,00	67.249,03	14,28	353.500,01	75,05	117.529,99	
Impostos	406.870,00	406.870,00	64.901,31	15,95	318.970,59	78,40	87.899,41	
Taxas	64.160,00	64.160,00	2.347,72	3,66	34.529,42	53,82	29.630,58	
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	448.000,00	448.000,00	84.342,02	18,83	469.270,02	104,75	-21.270,02	
Contribuições Sociais	388.000,00	388.000,00	76.395,97	19,69	392.191,25	101,08	-4.191,25	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Iluminação Pública	60.000,00	60.000,00	7.946,05	13,24	77.078,77	128,46	-17.078,77	
RECEITA PATRIMONIAL	566.900,00	566.900,00	137.445,40	24,25	745.329,99	131,47	-178.429,99	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	566.900,00	566.900,00	137.445,40	24,25	745.329,99	131,47	-178.429,99	
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas da Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	4.500,00	4.500,00	1.100,00	24,44	6.220,00	138,22	-1.720,00	
Receita de Serviços	4.500,00	4.500,00	1.100,00	24,44	6.220,00	138,22	-1.720,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.728.250,00	8.728.250,00	1.872.671,14	21,46	9.481.537,43	108,63	-753.287,43	
Transferências Intergovernamentais	8.573.000,00	8.573.000,00	1.825.154,60	21,29	9.294.295,42	108,41	-721.295,42	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	155.250,00	155.250,00	47.516,54	30,61	187.242,01	120,61	-31.992,01	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	85.690,00	85.690,00	24.524,00	28,62	101.096,39	117,98	-15.406,39	
Multas e Juros de Mora	12.500,00	12.500,00	4.044,48	32,36	12.459,49	99,68	40,51	
Indenizações e Restituições	53.000,00	53.000,00	15.022,75	28,34	59.024,16	111,37	-6.024,16	
Receita da Dívida Ativa	20.190,00	20.190,00	5.456,77	27,03	24.817,74	122,92	-4.627,74	
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortiza	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	4.795,00	0,00	-4.795,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	85.144,61	0,00	864.014,61	0,00	-864.014,61	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ARMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	85.144,61	0,00	864.014,61	0,00	-864.014,61	
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	85.144,61	0,00	654.314,61	0,00	-654.314,61	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferência de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	209.700,00	0,00	-209.700,00	
Transferência para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	690.000,00	690.000,00	136.392,39	19,77	738.404,21	107,02	-48.404,21	
Receita de Contribuições	690.000,00	690.000,0						



PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2015 A DEZ/2015

Table showing monthly revenue data from January 2015 to December 2015. Includes columns for month, revenue amount, and percentage change.

PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Table showing previdenciary revenue and expenses for the period from January to December 2015. Includes sub-totals for contributions and other revenues.

PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Table showing previdenciary revenue and expenses for the period from January to December 2015. Includes sub-totals for contributions and other revenues.

PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Table showing previdenciary revenue and expenses for the period from January to December 2015. Includes sub-totals for contributions and other revenues.

PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Table showing previdenciary revenue and expenses for the period from January to December 2015. Includes sub-totals for contributions and other revenues.

SÃO FRANCISCO - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Jan/2015 a Dez/2015

Table showing personnel expenditure details, including liquidated amounts and those inscribed in the payment system.

SÃO FRANCISCO - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Jan/2015 a Dez/2015

Table showing personnel expenditure details, including liquidated amounts and those inscribed in the payment system.

PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Table showing operating revenue and capital expenditure details, including sub-totals for various categories.

PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Table showing the nominal result of the budget, comparing fiscal liquid debt with consolidated dividends.

PERÍODO DE REFERÊNCIA
RESULTADO NOMINAL

Table showing the nominal result for the reference period, comparing bimester and January-December results.

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Table showing the fiscal goal and the nominal result fixed in the LDO for the reference period.

REGIME PREVIDENCIÁRIO

Table showing the results for the previdenciary regime, including consolidated debt and deductions.

PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO
Av. Oscar Antonio da Costa 1187
46603395/0001-18
Ensino Exercício: 2015
Anexo IX
Período: 01/10/2015 até 31/12/2015

Quadro Resumo da Aplicação Em Educação
Receitas e Aplicações Mínimas

Table showing the summary of education application, including revenue and minimum applications.

Quadro Resumo da Aplicação Em Educação Receitas e Aplicações Mínimas - (Layout de acordo com Quadro 9 - AUDESP) - Planilha - Versão 20.05.2015) Página 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
2015 - Janeiro - Dezembro

Table showing revenue from asset alienation and resource applications for 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Table showing the status of debts payable by the municipality and its organs.

PREFEITURA MUNICIPAL SAO FRANCISCO
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2015/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Table showing the status of debts payable by the municipality and its organs.